

PLANO
DE ATIVIDADES
E ORÇAMENTO

2017



ÍNDICE

01

CORPOS GERENTES	04
-----------------	----

02

INTRODUÇÃO	08
------------	----

03

PLANO DE ATIVIDADES	11
---------------------	----

3.1

Enquadramento Institucional	11
-----------------------------	----

3.2

Prioridades Estratégicas para 2017	12
------------------------------------	----

3.3

Desenvolvimento Estratégico e Operacional	15
---	----

3.3.1 Área da Saúde	15
---------------------	----

3.3.2 Área Social, Mulher e Juventude	18
---------------------------------------	----

3.3.3 Área da Educação	21
------------------------	----

3.3.4 Área de Apoio à Deficiência	25
-----------------------------------	----

3.3.5 Área da Agricultura	27
---------------------------	----

3.3.6 Área do Culto e Cultura	29
-------------------------------	----

3.3.7 Área do Ambiente	31
------------------------	----

3.3.8 Área da Justiça	33
-----------------------	----

3.3.9 Área dos Recursos Humanos e Formação Profissional	35
---	----

3.3.10 Área da Gestão Administrativa e Património	39
---	----

3.3.11 Área dos Sistemas de Informação e Modernização Administrativa	41
--	----

3.4

Referências Finais	53
--------------------	----

04

ORÇAMENTO	55
-----------	----

05

PARECER DEFINITÓRIO	76
---------------------	----

01



CORPOS GERENTES

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente

Jorge Rui Moia Pereira Cernadas

Secretários

António José Barbosa Samagaio

José Manuel Lemos Pavão

MESA ADMINISTRATIVA

Provedor

António Manuel Lopes Tavares

Vice-Provedor

António Luís Abranches Canto Moniz

Tesoureiro Geral

Jorge Eduardo Silva Ferreira Dias

Culto e Cultura

Francisco Ribeiro da Silva

Modernização Administrativa

e Tecnologias da Informação

António Ernesto Silva Carvalho de Brito

Desenvolvimento Agrícola e Ensino

Especial

Francisco Castelo Branco Ribeiro

Área Social, Mulheres e Jovens

Maria Albertina Amorim Coelho

DEFINITÓRIO

Presidente

Joaquim Sabino Rangel Pamplona

Vice-Presidente

Silvério Santos Brunhoso Cordeiro

Secretário

Joaquim Silva Vianez

Vogais

António Alves Teixeira do Carmo

Justino dos Santos



1907

“Se Paulo VI, por mais de uma vez, indicou que a “civilização do amor” é o fim para o qual devem tender todos os esforços no campo social e cultural, como campo económico e político, é preciso acrescentar que este fim nunca será alcançado, se nas nossas conceções e nas nossas atuações, relativas às amplas e complexas esferas de convivência humana, nos detivermos no critério do “olho por olho, dente por dente” e, ao contrário, não tendermos para o transformar essencialmente, completando-o com outro espírito.”

Papa João Paulo II



Small informational plaque on the left wall.



02



INTRODUÇÃO

No cumprimento de um imperativo legal e estatutário, cumpre-nos apresentar o Plano de Atividades e Orçamento para 2017 à Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia do Porto.

Portugal continua a viver uma situação de grande fragilidade na procura constante de cumprimento das metas orçamentais definidas pela zona euro. Ora, esta situação não deixa de ter impacto em toda a economia social e na capacidade de as famílias adquirirem serviços de proximidade.

Os desafios que a Misericórdia do Porto enfrenta até ao final da década são, por si só, motivadores de suficiente mobilização para, em conjunto, com outras instituições, poder contribuir para um papel mais ativo e participativo na vida da nossa comunidade.

As linhas de orientação deste Plano de Atividades e Orçamento não são diferentes do que têm sido, sob a nossa responsabilidade, os princípios estruturais que presidem à elaboração do mesmo.

Capacidade de acautelar o investimento programado, obter receitas com reforço da atividade imobiliária e contenção das despesas correntes, permitindo, desse modo, maior sustentabilidade à nossa Instituição.

Conciliar a ambição de manter as áreas operacionais, com índices de défice controlados, com a tarefa de manter a iniciativa reformadora da Instituição, será a tarefa principal para 2017.



Concluído um ciclo de reformas estruturais, cujo destaque vai para o assumir da gestão do Centro de Reabilitação do Norte, o lançamento de um programa de reabilitação urbana do nosso património, a abertura do Museu e Igreja da Misericórdia do Porto (MMIPO) e os novos Departamentos Centrais, é tempo de partir para um novo ciclo de reformas estruturais.

Consolidar as iniciativas na área da reabilitação urbana, inovar no paradigma de intervenção social, capacitar mais a nossa Instituição e gerar mais projetos imateriais que acrescentem valor ao produto Misericórdia do Porto.

Dois autores, Abhijit V. Banerjee e Esther Duflo, escreveram um livro a que, sugestivamente, chamaram "A ECONOMIA DOS POBRES", onde salientavam que *"não é fácil escapar à pobreza, mas a sensação dessa possibilidade e um pouco de ajuda bem direcionada poderão ter, por vezes, efeitos surpreendentemente vastos. Por outro lado, as falsas expectativas, a ausência de fé quando é precisa e obstáculos aparentemente insignificantes poderão ser devastadores. Um empurrão na alavanca certa poderá fazer uma imensa diferença, mas é frequentemente difícil saber onde*

está essa alavanca. Acima de tudo, é claro que uma única alavanca não poderá resolver todos os problemas".

Ora, a Misericórdia do Porto poderá ser essa alavanca para muitas pessoas, afinal são os pobres os nossos acionistas.

A cultura da solidariedade, conjugada com a doutrina social da Igreja, evidencia o caminho. Resta-nos saber fazer o caminho.

Agradeço, mais uma vez, aos Irmãos, os contributos que me fizeram chegar e a ajuda sempre vigilante dos senhores D. Manuel Martins e do nosso Bispo, D. António Francisco dos Santos.

Vamos, pois, continuar a sonhar com uma sociedade melhor, onde a coesão social e a coesão económica sejam os verdadeiros pilares da transformação humana, a caminho de mais justiça com melhor misericórdia.



O Provedor
ANTÓNIO TAVARES



—
Investimento
Programado
e Sustentado

- Manutenção da iniciativa reformadora da Instituição
- Obtenção de receitas / reforço da atividade imobiliária
- Contenção das despesas correntes
- Garantir o investimento programado
- Manutenção das áreas operacionais com índices de défice controlados
- Consolidação da reabilitação urbana
- Promoção da capacitação da SCMP
- Desenvolvimento de novos projetos imateriais

03



PLANO DE ATIVIDADES

3.1

Enquadramento Institucional

A conjuntura internacional e o desenvolvimento tecnológico obrigam os países a saber posicionar-se no contexto da competitividade económica. A globalização das economias arrasta consigo a vulgarização das sociedades onde, muitas vezes, se esquecem valores distintivos de opções civilizacionais.

Num mundo onde os refugiados e as migrações assumem particular importância, temos consciência da necessidade de nos estarmos sempre a reinventar naquelas que são as opções estratégicas das nossas organizações.

Existe uma profunda consciência que é urgente responder a problemas como o envelhecimento ativo, consequência de uma maior esperança de vida, da quebra da demografia, que implica um grave problema de gestão do modelo de pensões ou da crise do Estado Social.

Estas questões repetem-se de uma forma constante, o que exige de todos nós maior atenção, profundo realismo e uma resposta pragmática.

Neste contexto, o Plano de Atividades e o Orçamento para 2017 vai procurar possibilitar uma resposta aos anseios de muitos, que em nós confiam, naquilo que temos chamado a “trilogia do C”, Culto, Cultura e Caridade, a que se poderia adicionar um outro C - o do Contrato Social.

De geração em geração, temos procurado responder às preocupações e ambições de cada geração. Na esteira da nossa missão, vamos saber dizer não à inveja e ao egoísmo, como motores da economia, continuando o combate à pobreza e à exclusão social, procurando uma sociedade mais equilibrada com menos desigualdades sociais.

Este Plano de Atividades e o respetivo Orçamento pretendem ser, também, uma carta de marear para a Santa Casa da Misericórdia do Porto, neste tempo de decisões, num oceano de problemas, onde o mar é turbulento e com vários perigos.

3.2 Prioridades Estratégicas para 2017

O constante movimento da nossa Instituição implica dividir a mesma em duas áreas de desenvolvimento. A primeira tem a ver com a afetação de recursos à operação e a segunda com a existência de meios para fazer face ao investimento.

Nesse sentido, o Orçamento reflete estas duas preocupações, sendo que, na operação, avaliamos as implicações dos compromissos assumidos para as atividades correntes. Já no investimento, e pela primeira vez, definimos uma dimensão plurianual, muito motivada pela existência de um ciclo de mandato de quatro anos e que nos parece dever o ciclo de investimento ser analisado numa perspectiva bianual. Assim, o investimento é distribuído pelos anos de 2017 e 2018, sendo que, neste último, se deverá proceder a uma revisão para o ajustar ao novo ciclo. O plano de investimento tem ainda de ser dividido em imobiliário, modernização administrativa e modernização hospitalar, bem como em investimento incorpóreo, ou seja, em atividades imateriais. Além desta preocupação, o investimento reflete ainda as rendas devidas para fazer face a situações de renting de equipamentos ou de rendas do "PROGRAMA REABILITAR PARA ARRENDAR".

A administração dos bens comuns da nossa Instituição implica, cada vez mais, o recurso a procedimentos de transparência e de eficiência económica, que a criação do Departamento de Auditoria Interna, do Gabinete de Controle de Gestão, com o apoio dos auditores externos,

permite melhorar a competitividade da nossa Misericórdia, assegurando a coesão económica e social da nossa missão.

Os princípios basilares que vão estar no desenvolvimento da nossa estratégia, e na sua conseqüente implementação, irão assentar nos seguintes valores:

- a) O princípio do controle do défice por atividade, mantendo o equilíbrio económico e financeiro em todos os projetos e áreas de atuação, procurando assegurar a maior rentabilidade económica do mesmo, sem colocar em causa a sua eficiência social, procurando um maior número de projetos que libertem recursos.
- b) O princípio do investimento sustentado, com as conseqüentes preocupações com o bem-estar para os seus utilizadores e manter elevados níveis de qualidade de vida na observação e cumprimento das exigências das Obras de Misericórdia.
- c) O princípio da integração e partilha de serviços, como resulta das novas instalações, evidenciando uma maior eficácia na operação e na logística, a com o rigoroso cumprimento na execução orçamental.
- d) O princípio da regra de ouro orçamental, afirmando princípios e condutas que dignifiquem a imagem externa da Misericórdia do Porto, preservando uma cultura de solidariedade, consagrando a divulgação dos princípios fundadores da doutrina social da Igreja no quadro pleno de uma cidadania de intervenção e rosto humano.

O Orçamento é, assim, o complemento adjetivo do papel substantivo do Plano de Atividades, cuja ambição principal é ser realista e exequível, mantendo os princípios da sustentabilidade da Instituição e preservando o seu património imobiliário, que vai continuar a ser objeto de reabilitação, permitindo um reforço das rendas, o que se irá traduzir em maior receita para a Misericórdia do Porto.

Este Plano de Atividades e Orçamento tem, pois, a preocupação de se ajustar

ao novo tempo de mandato, passa a ser agora de quatro anos, e de ter uma dimensão no caso do investimento de ciclos bianuais.

Estamos certos que o futuro, sendo desconhecido, não nos retira a confiança, o otimismo e a ambição de continuar a servir a comunidade, fazendo cumprir a nossa missão cuja mensagem tem mais de cinco séculos.





Saúde | Objetivos:

- Melhorar a prestação dos serviços de saúde
- Inovar na prestação de cuidados diferenciadores
- Captar novos clientes e novas áreas de negócio
- Manter uma parceria ativa com o SNS
- Acrescentar valor no apoio às famílias e aos cuidadores
- Contribuir para uma nova relação no envelhecimento ativo e na melhoria do bem-estar

3.3 Desenvolvimento Estratégico e Operacional

3.3.1 Área da Saúde

A Saúde representa na Misericórdia do Porto um dos seus maiores ativos de participação. Estamos aqui desde o século XVI, com o que representa saber estar a cuidar das pessoas e a envolver neles as suas famílias.

Nesse sentido, uma preocupação continua a existir: melhorar a prestação de serviços, inovando na sua atuação e promovendo a captação de novos clientes de outras áreas de negócio.

Queremos continuar a ser um parceiro ativo do Serviço Nacional de Saúde na plena aplicação dos princípios constitucionais que o Estado Social defende e protege.

Aqui, também, queremos estar mais inovadores, acrescentando valor no apoio às famílias e aos cuidadores, além de pretendemos contribuir para uma nova relação no envelhecimento ativo e na melhoria do conforto e bem-estar das pessoas.



Hospital da Prelada - Dr. Domingos Braga da Cruz

Prestes a comemorar 30 anos, o Hospital da Prelada - Dr. Domingos Braga da Cruz vai entrar num processo de modernização, cujo programa prevê um investimento previsível até 10 milhões de euros e que se deve estender por 5 anos (2017/2022). Com este programa pretendemos tornar o Hospital mais atraente e competitivo perante a sua concorrência direta.

O aumento das parcerias com hospitais, como o IPO Porto e o Centro Hospitalar do Porto, vai permitir aumentar a execução do contrato programa e dar novas respostas no quadro do SNS, onde a dermatologia ganha particular destaque.

A substituição do quadro médico revela, também, uma particular atenção aos recursos humanos, cujo processo reclama contínua atenção e capacidade de captar os maiores talentos da medicina para colaborar connosco.

Dá a importância da conclusão dos pisos 7 e 8, no quadro de uma parceria com a *Blue Clinical* para instalar uma das mais modernas unidades de ensaios clínicos na Europa e, no quadro do programa de modernização, a utilização do piso 8 como piso técnico e de suporte a serviços.

O Hospital da Prelada irá continuar a ser um dos garantes da atividade da Misericórdia do Porto nesta área.

Centro Hospitalar Conde de Ferreira

O Centro Hospitalar Conde de Ferreira vai continuar, em 2017, a beneficiar do Programa de Modernização, que se estima que venha, no prazo de dois anos, a concluir o processo de reabilitação dos imóveis necessários, a melhorar as condições de acolhimento de doentes e permitir a sua expansão com instalação de novas unidades.

Assim, está previsto concluir os imóveis definidos como A10 e A11 para novos projetos e o A5 como centro logístico do CHCF. Ao mesmo tempo, devem dar início os trabalhos preparatórios do A13 e A14 e, com isto, fica concluído o programa de reabilitação dos imóveis.

Vamos continuar a desenvolver a modernização do CHCF com novas valências, cuja principal vertente será a inovação, como fizemos no caso da esclerose lateral amiotrófica ou no lançamento de um programa de hipoterapia para jovens deficientes.

O Parque Avides Moreira continuará integrado na estratégia de apoiar o CHCF na área da terapia ocupacional.

Centro de Reabilitação do Norte

Num momento em que decorrem negociações com o Ministério da Saúde e se produzem as respetivas avaliações, podemos afirmar que temos fundados motivos para ter orgulho no trabalho desenvolvido.

O CRN é hoje um centro de referência na medicina física e na reabilitação na região e no país, por todos reconhecidos.

A implementação da nova portaria vai permitir dotar o CRN de condições únicas para a sua acessibilidade. Ao mesmo tempo, os espaços destinados ao apoio às famílias e o programa “Médico vai a casa” vão permitir mostrar a capacidade de inovação da Misericórdia do Porto, neste domínio.

O CRN vai continuar a implementar o acordo de gestão definido pela tutela e a evidenciar a sua capacidade técnica de afirmar os valores do SNS e de estar centrado no doente.

Departamento de Medicina Social

Além de continuar a desenvolver a sua atividade no apoio aos utentes e colaboradores da Santa Casa, o Departamento de Medicina Social irá continuar a editar a Revista Medicina Social e a participar, de um modo muito ativo, com a Faculdade de Medicina do Porto, com a pós-graduação em Medicina Social.



Social, Mulher e Juventude | Objetivos:

- Obter a Certificação ISO 9001 (DIS, ERPI e SAD)
- Manter os índices de qualidade dos serviços
- Aumentar o grau de satisfação dos clientes
- Criar projeto-piloto de espaços para a prática de atividade física sénior
- Aumentar a rede de parcerias formais e informais

3.3.2

Área Social, Mulher e Juventude

Em 2017, esta área terá a Certificação ISO 9001, no DIS, ERPI e SAD. Desta forma, atingiremos e manteremos elevados índices de qualidade de serviço e esperamos elevados graus de satisfação dos Clientes e demais intervenientes.

Para o incremento do trabalho técnico multidisciplinar, na ótica do envelhecimento ativo e maior qualidade de vida, vamos integrar nas equipas das ERPI, a terapia ocupacional e a fisioterapia, adequando os serviços prestados às reais necessidades dos clientes atuais. O aumento da rede de parcerias formais ou informais, será um excelente meio para a melhoria da qualidade de vida, inclusão na vida da cidade e direito de cidadania.

Os equipamentos, como o Centro de Acolhimento Social D. Manuel Martins (CAS), a Casa da Rua D. Lopo de Almeida, a Casa de Santo António, ou a Casa Bento XVI, devido à sua capacidade inovadora e de inovação social, podem continuar a participar de um modo muito ativo na resolução de muitos problemas que se colocam atualmente aos nossos concidadãos.

No domínio dos sem abrigo irão ser disponibilizados dois apartamentos no Complexo de Rodrigues Semide e 4 casas no Bairro das Artes Gráficas, para integrarem o programa que assinamos com a Câmara Municipal do Porto e que visa contribuir para a melhoria das condições das populações que se encontram nessas situações.



O programa Arco Maior vai continuar o seu desenvolvimento, visando a sua expansão e integração com outras redes de emprego e formação profissional.

O Colégio Barão de Nova Sintra, com o apartamento de pré-autonomização Manuel Ramos, vai continuar a desenvolver o trabalho de inclusão social. Uma nova parceria com o grupo Jerónimo Martins, proporcionando estágios em contexto real de trabalho aos jovens com mais de 17 anos, com vista a uma futura integração profissional no grupo, será uma excelente ajuda na referida inclusão. O mérito do trabalho que se vem realizando neste Estabelecimento é hoje reconhecido pela comunidade de acompanhamento a crianças e jovens em risco.

No domínio do envelhecimento ativo, vamos continuar a desenvolver programas, cujo principal objetivo será inverter o paradigma de abordagem às questões que se prendem com as populações seniores das nossas comunidades.

Iniciará em 2017 um projeto-piloto de Espaços para Atividade Física de Pessoas Idosas, possibilitando aos Clientes institucionalizados nas ERPI e aos Idosos da comunidade circundante, uma atividade física em condições e ambiente adequados e o convívio entre pares.

Numa sociedade com graves problemas demográficos, o problema do envelhecimento ativo deve ser encarado numa perspetiva de política pública.

Há necessidade de se afirmarem políticas públicas com preocupações para popu-



lações cujo impacto na despesa pública implica reflexão permanente na criação e melhoria de condições para os mesmos.

O Programa Soluções para o Envelhecimento (SET) vai continuar os seus trabalhos no sentido de dar um contributo para a afirmação destas políticas. Entre outras, um SAD Privado com soluções pioneiras, irá responder às necessidades dos atuais seniores, no sentido da permanência no seu lar, com as condições adequadas e cuidados necessários, satisfazendo as preferências desta população e diminuindo a despesa pública.



Educação | Objetivos:

- Oferecer uma educação e um ensino de qualidade
- Assegurar uma gestão rigorosa e eficaz dos meios
- Captar novos alunos
- Aproximar o Colégio das famílias
- Elevar o nível de formação de toda a comunidade educativa
- Fomentar a sustentabilidade financeira

3.3.3 Área da Educação

Colégio Nossa Senhora da Esperança

É importante ter em consideração a especificidade deste estabelecimento que, sendo uma Escola, apresenta o seu Plano de Atividades Pedagógicas para o ano letivo, isto é, de setembro de 2016 a agosto de 2017. Desta forma, este contributo inclui dois terços no ano letivo 2016/2017 (segundo e terceiro períodos letivos) e um terço no ano letivo 2017/2018 (primeiro período letivo).

O Plano de Atividades visa a consecução de dois objetivos essenciais:

- Prestar uma educação e um ensino de qualidade;
- Assegurar uma gestão rigorosa e eficaz dos meios disponibilizados para a missão.

Organiza-se o relatório em duas áreas: a situação atual ao nível dos utentes / alunos e dos recursos humanos.

O ano letivo iniciou-se com mais um significativo acréscimo de alunos, tal como no passado ano letivo, nas valências de ensino, sobretudo do 1.º ciclo. O CNSE mantém uma taxa de ocupação elevada nos níveis mais baixos e uma consoli-



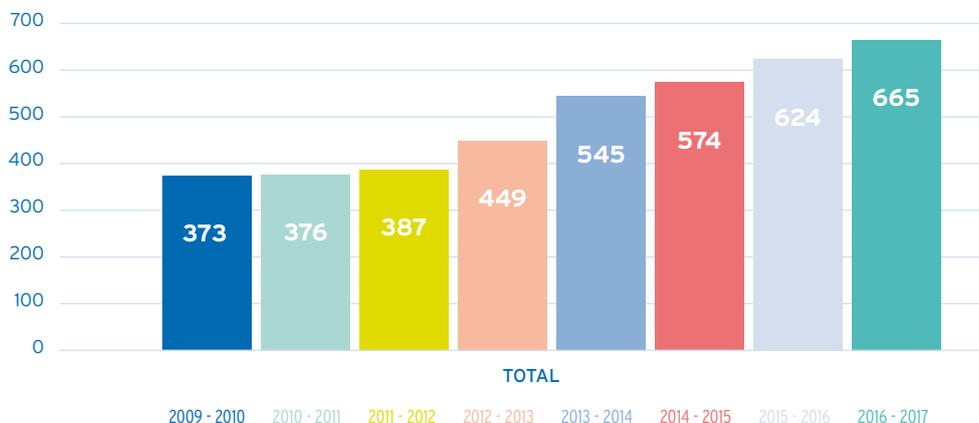
dação do número dos restantes alunos, sobretudo pela capacidade crescente em atrair novos alunos para outros níveis de ensino.

A. Alunos / Utentes

Poder-se-á observar a evolução do número de alunos desde 2009/2010 através do quadro seguinte, ilustrado também pelo gráfico.

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	VARIAÇÃO
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
CRECHE	37	40	39	40	83	82	82	79	-4%
PRÉ-ESCOLAR	61	58	68	92	135	146	142	145	+2%
1º CICLO	93	81	90	107	98	111	132	159	+12%
2º E 3º CICLOS	149	161	147	161	180	180	194	208	+7%
SECUNDÁRIO	33	36	43	49	49	55	74	74	=
TOTAL	373	376	387	449	545	574	624	665	+6,6%

EVOLUÇÃO DO NÚMERO GLOBAL DE ALUNOS



A evolução do número de alunos nos ensinos básico e secundário deverá ainda ser analisada à luz do número de turmas constituídas, tendo ainda como referência a capacidade do estabelecimento.

B. Plano para 2017

Atingir os objetivos enunciados, nomeadamente no que concerne à gestão dos recursos disponíveis, continua a implicar um crescimento substancial das receitas. O aumento do número de alunos terá que fazer-se procurando a constituição de turmas maiores, rentabilizando os mesmos recursos humanos.

EVOLUÇÃO DOS ALUNOS POR VALÊNCIA



	2013 -	ALUNOS -	2014 -	ALUNOS -	2015 -	ALUNOS -	2016 -	ALUNOS -	CAPACIDADE
	2014	TURMA	2015	TURMA	2016	TURMA	2017	TURMA	
1º CICLO	98	19,6	111	18,5	132	22	159	22,7	150
2º E 3º CICLOS	180	20	180	20	194	21,6	208	20,8	224
SECUNDÁRIO	49	16,3	55	18,3	74	18,5	74	18,5	96
TOTAL	326	19,2	346	19,2	400	19,1	441	21	470

Os dois módulos de creche estão praticamente no máximo da sua lotação. O Pré-escolar já tem em funcionamento seis salas de atividades, praticamente com 100% da capacidade instalada. Com o acréscimo de alunos na educação pré-escolar, tal como sucedeu no presente ano letivo, prevê-se que no ano letivo 2017/2018 possamos atingir os 180 alunos no 1.º ciclo, correspondente a mais um crescimento de cerca de 13%. Ao nível dos 2.º e 3.º ciclos, mantém-se uma linha ascendente, embora o crescimento tenda a estabilizar face ao objetivo já concretizado da existência de duas turmas por ano de escolaridade. No ensino secundário, após um crescimento substancial no ano 2016, verifica-se agora uma estabilização do número.

O investimento efetuado nas instalações no CNSE e nos seus recursos humanos permitiu, hoje, recolocar o colégio entre os estabelecimentos que melhores condições oferece, nomeadamente na estabilidade do seu corpo docente.

Desta forma, potenciando as condições criadas, nos anos mais recentes, a par da divulgação “*boca a boca*”, feita pelos encarregados de educação, conceber-se-ão materiais publicitários que possam dar a conhecer a oferta do colégio noutros espaços, nomeadamente em todo o universo da SCMP e em particular nas unidades com maior potencial de atrair clientes.

A qualidade do serviço prestado é o aspeto mais importante para a atração de alu-

nos. Continuar-se-á um caminho que visa estabelecer protocolos de cooperação com o ensino universitário público e/ou privado e o ensino politécnico. Pretende-se “trazer” o conhecimento para o Colégio e “transportar” os nossos alunos até ao conhecimento.

Com o intuito de fomentar a aproximação do Colégio às famílias e elevar o nível de formação de toda a comunidade de educativa, vão os Serviços de Psicologia e Orientação Vocacional promover ciclos de debates, para os quais convidarão profissionais qualificados para participação e dinamização.

No ano de 2016, o Colégio voltou a ter intervenção física. Foi remodelada e modernizada a sala de convívio dos alunos, bem como criadas mais duas salas de aula de 1.º ciclo. Em 2017, observar-se-á a última fase de intervenção física. O denominado edifício antigo, na ala poente, comportará um novo núcleo museológico, composto pela Igreja do Colégio e vários espaços de exposição, complementado ainda por um pequeno auditório.

As atividades desenvolvidas no Colégio de Nossa Senhora da Esperança visam a concretização da missão do estabelecimento, cumprindo com as obrigações perante os seus utentes e alunos. Procurando a sustentabilidade financeira por via do crescimento, da redução da despesa e da eficácia dos seus serviços, a evolução em cada uma das áreas atrás expostas visa a prossecução dos referidos desideratos.



Apoio à Deficiência Objetivos:

- Abrir uma carpintaria para jovens deficientes
- Criar apartamentos para jovens com mobilidade reduzida
- Apresentar candidaturas a programas de apoio à área da deficiência

3.3.4

Área de Apoio à Deficiência

CIAD - Centro Integrado de Apoio à Deficiência

O CIAD beneficia agora de ter atingido um patamar de qualidade, que a certificação EQUASS avaliza, de uma forma prestigiante, para a Misericórdia do Porto.

Nesse sentido, esta área conhecida como de ensino especial passa agora a ser assumida como Área de Apoio à Deficiência, já que entendemos que existem condições para consagrar autonomia a este domínio na Misericórdia do Porto.

Em 2017 duas áreas vão-se destacar no âmbito do CIAD. A primeira, resultante de uma candidatura ao POISE, no valor de 1,8 milhões de euros, para a sua área de formação profissional que vai permitir a criação, no Conde de Ferreira, de uma carpintaria para jovens deficientes. A segunda, a ser realizada com a Câmara Municipal do Porto, numa candidatura ao programa 2020, para a criação de apartamentos para jovens com mobilidade reduzida.

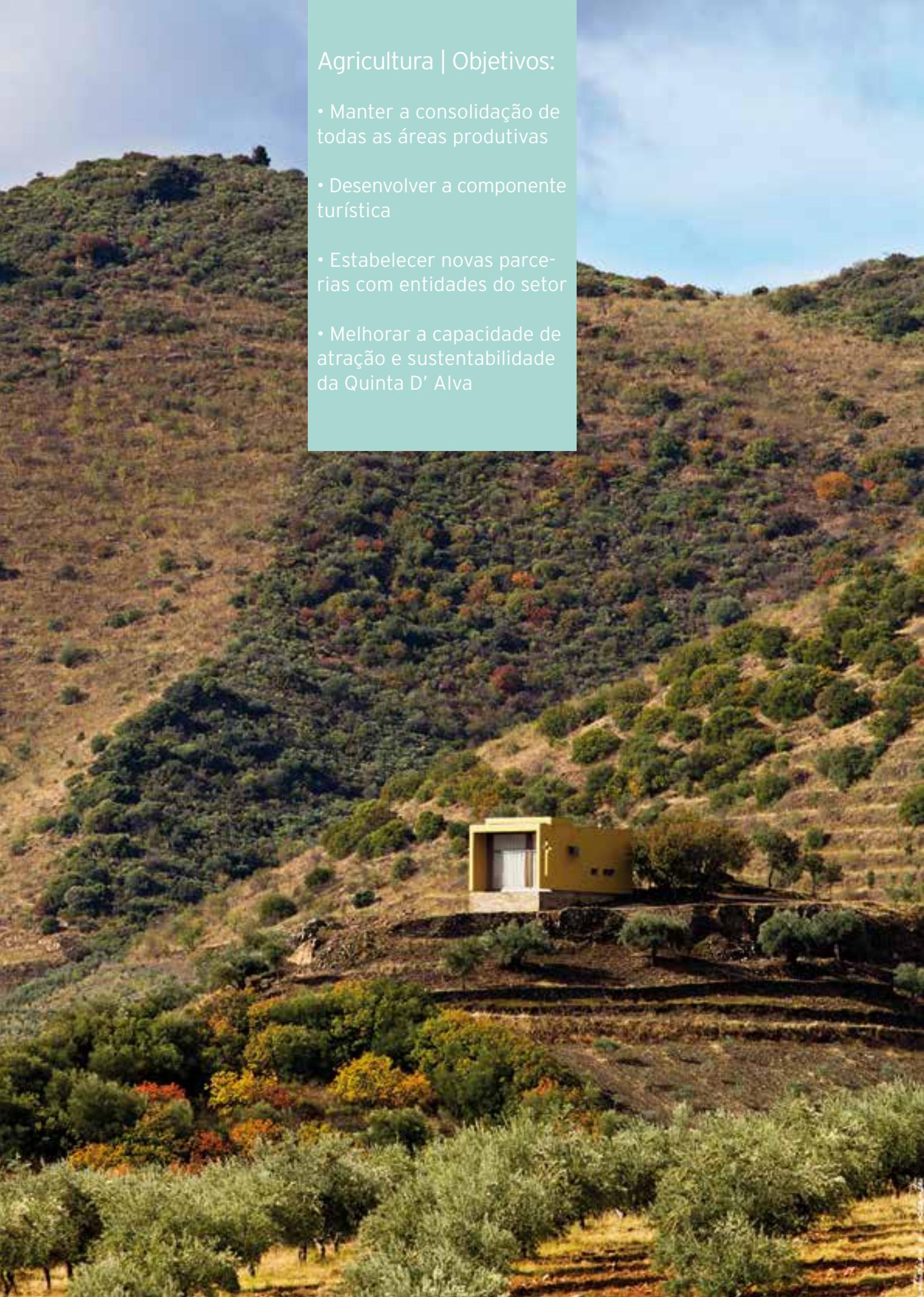
Centro Professor Albuquerque e Castro

No âmbito do Centro Professor Albuquerque e Castro, além de continuarem as várias parcerias com o JN, as Águas do Porto e com o Grupo Impresa, vai ser realizada uma candidatura, em parceria com a Imprensa Nacional Casa da Moeda, ao Programa 2020, para a edição de um conjunto de livros que integram o Plano Nacional de Leitura.



Agricultura | Objetivos:

- Manter a consolidação de todas as áreas produtivas
- Desenvolver a componente turística
- Estabelecer novas parcerias com entidades do setor
- Melhorar a capacidade de atração e sustentabilidade da Quinta D'Alva



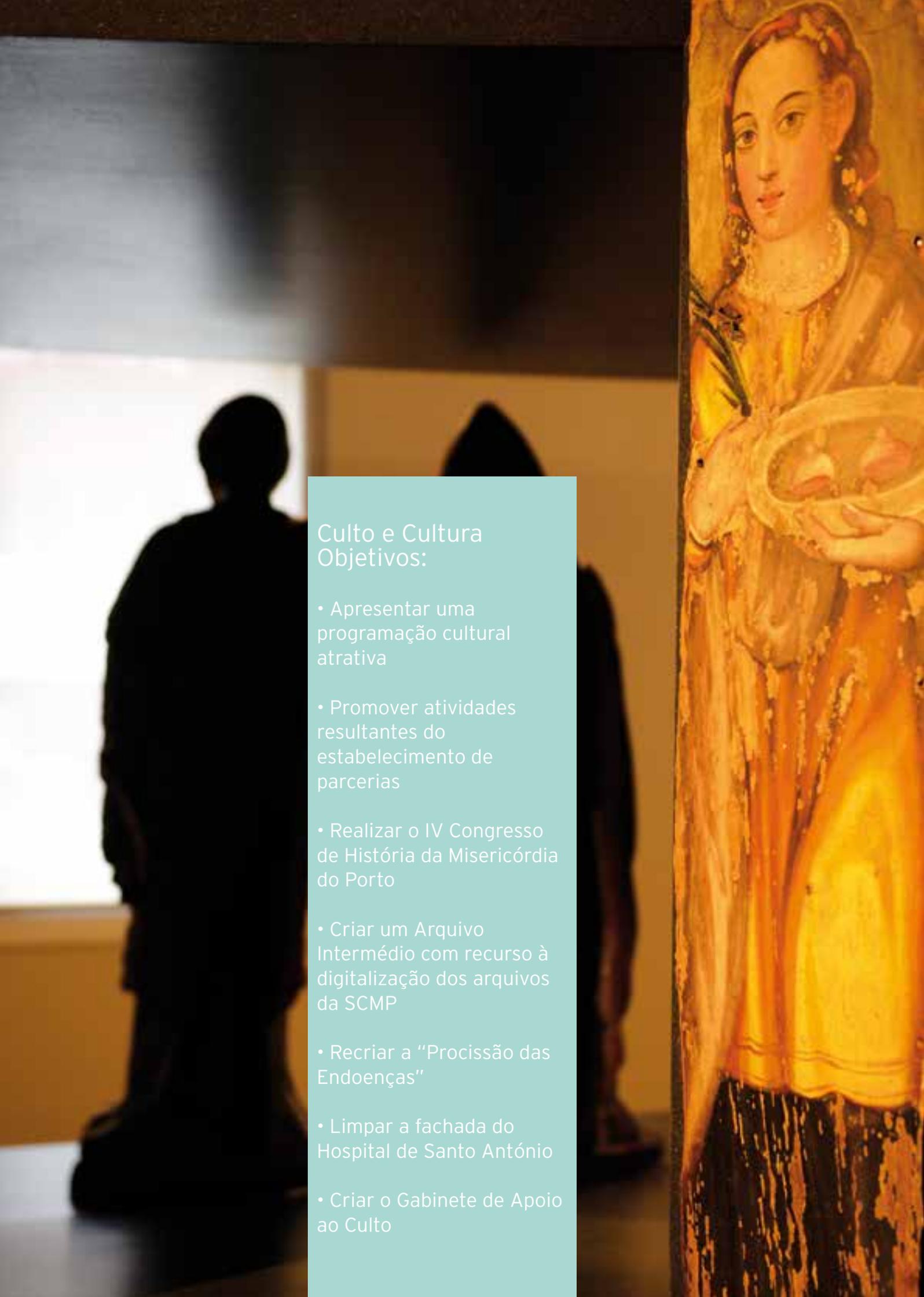
3.3.5 Área da Agricultura

Quinta D' Alva

No ano de 2017 um grande objetivo nos motiva. Manter a consolidação de todas as áreas produtivas da Quinta D' Alva e evoluir para o desenvolvimento da sua componente turística, aproveitando o relevante papel que a Região do Douro vem a assumir no Norte do país.

Novas parcerias com entidades do setor irão possibilitar melhor a capacidade de atração da Quinta, fazendo da mesma uma referência no interior transmontano e elevando a sua capacidade de sustentabilidade no contexto institucional do universo da Misericórdia do Porto.





Culto e Cultura Objetivos:

- Apresentar uma programação cultural atrativa
- Promover atividades resultantes do estabelecimento de parcerias
- Realizar o IV Congresso de História da Misericórdia do Porto
- Criar um Arquivo Intermédio com recurso à digitalização dos arquivos da SCMP
- Recriar a “Procissão das Endoenças”
- Limpar a fachada do Hospital de Santo António
- Criar o Gabinete de Apoio ao Culto

3.3.6

Área do Culto e Cultura

O ano de 2017 apresenta-se como um ano de desafio para esta área de intervenção.

Desde logo pelo facto de se ter de consolidar a referência de o MMIPO ser o Museu Português do Ano, o que implica ter um programa atrativo para quem visita a cidade.

Assim, gostaríamos de destacar, no programa do ano, exposições temporárias, como “Josefa de Óbidos e as Misericórdias de Portugal” e as resultantes das parcerias com a Fundação de Serralves, o lançamento de livros e outras que se encontram ainda em estudo.

Ao mesmo tempo serão lançados, em parceria com uma editora de prestígio, a “História da Misericórdia do Porto”; em parceria com a Universidade Católica, a “História dos Provedores” e em parceria com o CEPESE, a biografia do Conde de Ferreira por Jorge Fernandes Alves.

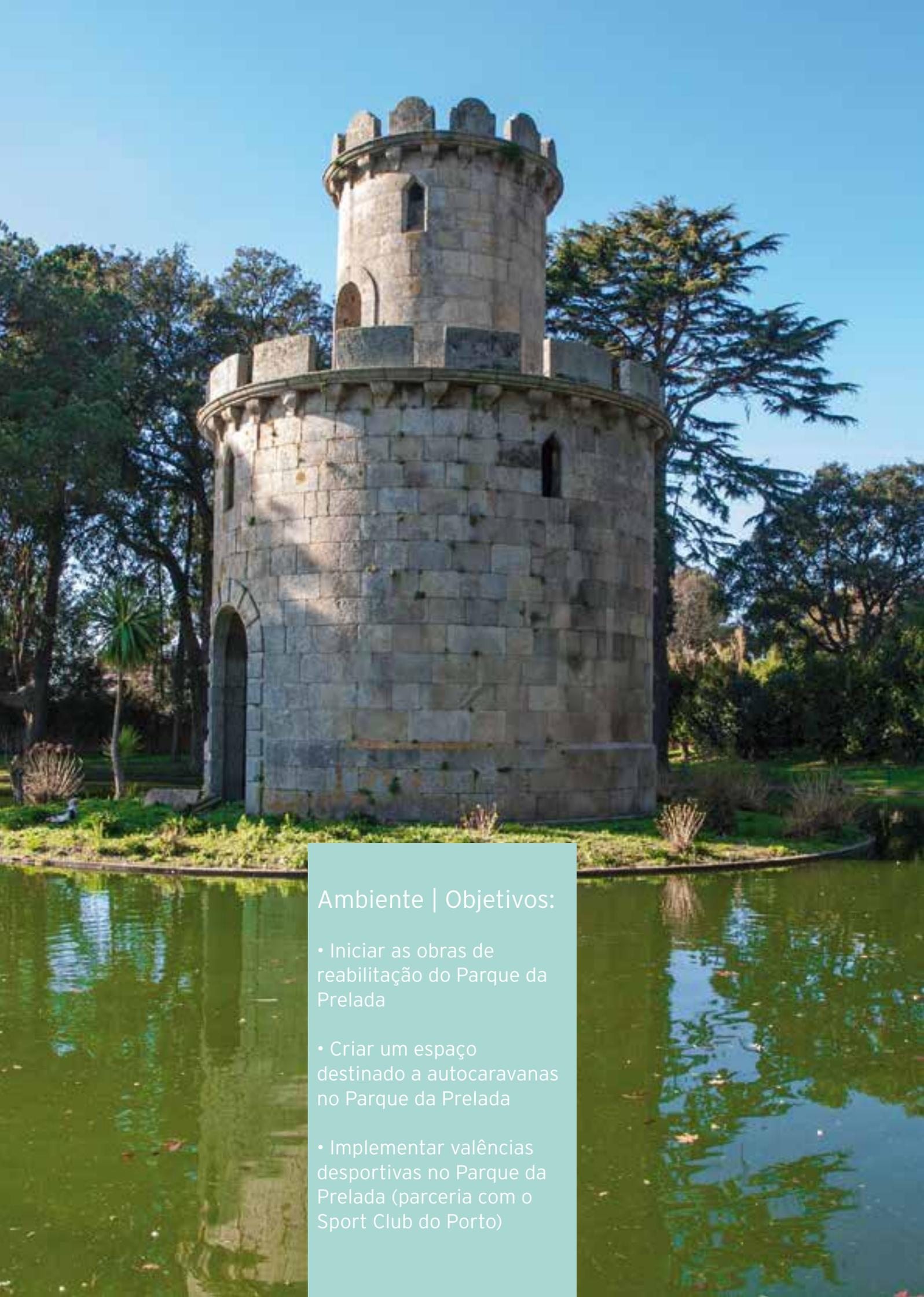
Será também o momento do IV Congresso de História da Misericórdia do Porto e do lançamento do programa de digitalização dos nossos arquivos, que culminará com a criação de um Arquivo intermédio de apoio ao Arquivo Histórico da Casa da Prelada.

No domínio do Culto será implementado, pela primeira vez, um gabinete de apoio dotado de pessoal técnico com perfil para tal, cuja função será preparar com maior empenho todas as estruturas da capelania.

Assim, iremos na semana da Páscoa recriar a “Procissão das Endoenças”, no que será não só um momento de recolhimento espiritual, mas também de referência cultural para toda a nossa comunidade.

A limpeza da fachada do Hospital de Santo António será também um momento significativo e que permitirá afirmar as Obras de Misericórdia, quer espirituais, quer materiais, que se consubstanciam na afirmação do Culto e da Cultura como resposta da Caridade.





Ambiente | Objetivos:

- Iniciar as obras de reabilitação do Parque da Prelada
- Criar um espaço destinado a autocaravanas no Parque da Prelada
- Implementar valências desportivas no Parque da Prelada (parceria com o Sport Club do Porto)



3.3.7 Área do Ambiente

Parque da Prelada

Prevendo que em 2017 estará consolidado, com as várias entidades da tutela, o Plano Diretor do Parque da Prelada devem ter início as obras de reabilitação do mesmo.



Com efeito, está prevista a abertura da parte referente ao desporto, em parceria com o Sport Clube do Porto, devendo igualmente ter início a reabilitação da parte existente na artéria principal e junto ao lago. No sentido da sustentabilidade económica do Parque, está previsto acrescentar uma resposta para autocaravanas, da qual a cidade está carenciada.

Será, assim, possível continuar com o legado de D. Francisco de Noronha e preservar o traço de Nicolau Nasoni.



Justiça | Objetivos:

- Manter a parceria com a DGRSP
- Otimizar os níveis de inovação e qualidade no apoio à população reclusa
- Reforçar a assistência médica no contexto prisional
- Promover a educação e a formação profissional no EPSCB (F)
- Preparar e apoiar a inclusão social na vida ativa da população prisional

3.3.8 Área da Justiça

Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo - Feminino

O sucesso desta parceria com a Direção Geral da Reinserção e dos Serviços Prisionais tem-se mantido ao longo dos tempos com evidente ganho para todos os envolvidos.

Projeto pioneiro no país, o EPSCB (F) evidencia a qualidade do serviço prestado pela Misericórdia do Porto, avalizado pelo

Estado, inovando, mais uma vez, com a concessão de apoios às reclusas no domínio da saúde e da educação.

O compromisso com o Estado tem sido assumido pela Instituição na esteira do que foi a sua tradição neste domínio, cumprindo, dessa maneira, mais uma das obras de misericórdia.





Recursos Humanos e Formação Profissional Objetivos:

- Criar condições de acolhimento e bem-estar a todos os colaboradores
- Desenvolver o novo SGAD
- Concretizar o plano de formação da SCMP
- Implementar programas de mobilidade interna
- Estabelecer planos de captação de talentos
- Manter a Certificação da SCMP pela DGERT
- Desenvolver e otimizar os processos, procedimentos e recursos do DRHFP

3.3.9

Área dos Recursos Humanos e Formação Profissional

Consolidado que está o Departamento de Recursos Humanos e Formação Profissional, novos desafios se colocam à criação de condições de bem-estar e acolhimento a todos os que aqui colaboram.

O desenvolvimento do novo sistema de gestão e avaliação de desempenho, a concretização do plano de formação, os programas de mobilidade interna, com vista a uma maior rotatividade dos envolvidos e a melhoria dos procedimentos organizacionais são alguns dos objetivos para 2017 do DRHFP.

Neste domínio, ainda serão estudados programas que permitam a saída de colaboradores que, por razões de conjuntura técnica ou de perfil pessoal, possam vir a integrar os mesmos.

A Academia Misericórdia ganha aqui especial relevo pela necessidade de dotar a Instituição de planos de captação de quadros que acrescentem valor a toda a nossa cadeia de operação.

O ano de 2017, na senda da evolução das transformações organizacionais que têm vindo a ser implementadas na Instituição, constituirá um ano decisivo na efetivação plena da centralização de serviços e consequente uniformização de procedimentos, com vista à obtenção de maior eficiência, com consequentes ganhos de produtividade, assim como a sedimentação de mecanismos organizacionais, plasmados nos Regulamentos Internos institucionais.

Após a uniformização de ferramentas estruturais (GIAF e Portal do Colaborador)

e a criação dos desenhos processuais transversais a toda a Instituição, urge agora a sua implementação de modo uniforme, bem como a possível otimização dos processos/procedimentos e atividades definidos.

A atividade do DRHFP segmenta-se em dois vetores: a área administrativa e a Academia Misericórdia, cujas tarefas se revelam complementares na Gestão das Pessoas na SCMP.

No âmbito da gestão administrativa, prevê-se uma continuidade nas tarefas já asseguradas pelo Departamento, sendo de destacar a preocupação com a melhoria e eficiência no acesso/partilha, gestão e tratamento de informação e dados. Neste ponto, e para cumprir esta premissa, é de relevar a aquisição e disponibilização de duas ferramentas informáticas: o Módulo de GRH do GIAF e o incremento do BI.

No que concerne à Academia Misericórdia, a sua atuação integra-se na implementação de um modelo de gestão de recursos humanos inovador, que continua a ser uma forte aposta institucional, o qual valoriza o capital humano da Instituição e o seu desenvolvimento. Assim, em 2017, e orientada para e pela estratégia de gestão institucional que vem sendo adotada na SCMP, a Academia Misericórdia dará continuidade ao trabalho já desenvolvido, consubstanciado em 5 pilares: Formação Profissional; Estágios; Gestão e Avaliação do Desempenho; Recrutamento, Seleção e Integração dos Colaboradores; Inovação e Desenvolvimento.

A atuação da Academia Misericórdia visa dar um contributo efetivo para:

- o desenvolvimento transversal do colaborador enquanto profissional e pessoa humana, nas vertentes dos saberes ser, estar, pensar, sentir e agir;
- o desenvolvimento de competências individuais e coletivas em domínios estratégicos e específicos;
- a promoção, valorização e integração de vários tipos de conhecimentos adquiridos, quer pela via formal, quer pela via informal;
- a gestão criativa e inovadora dos recursos, potencial e competências disponíveis, com vista à criação de valor, à melhoria contínua em todas as áreas de atuação e a consolidação económico-financeira da SCMP;
- o reforço do desenvolvimento das equipas, estabelecendo relações de confiança, compromisso e credibilidade;
- a interiorização da cultura, missão e valores da SCMP;
- a consolidação do prestígio e imagem da SCMP.

Para atingir tais metas, deve dar-se especial atenção:

- à aferição das necessidades de formação, em função das efetivas necessidades da Organização e do exercício das suas funções;
- à deteção de potenciais redundâncias e avaliar as possibilidades de reconversão;
- à avaliação da eficácia da formação desenvolvida;
- à avaliação do impacto de novas tecnologias;
- à análise do impacto de formas diferentes de organização do trabalho, designadamente a polivalência;
- ao conhecimento de aspetos relativos à envolvente externa, que podem constituir-se em potenciais fatores de risco à atividade e resultados da SCMP;
- ao grau de satisfação dos colaboradores com SCMP;
- à gestão do desempenho de colaboradores;
- à análise da viabilidade de implementação do *outsourcing* em certas áreas de atuação.



Nesta conformidade, e para a prossecução dos princípios acima enunciados, o Plano de Atividades para 2017, no que à Academia Misericórdia concerne, assenta, em grande parte, na consolidação dos processos já iniciados, contemplando as seguintes ações:

- elaboração, execução e avaliação do Plano Anual de Formação, baseado no Diagnóstico de Necessidades Formativas, estando em consonância com os objetivos estratégicos da Organização e política de gestão da SCMP e traduzindo-se na aquisição de competências necessárias ao eficiente desempenho de funções na Instituição;
- manutenção da Certificação da SCMP como Entidade Formadora Certificada pela DGERT, com o cumprimento de requisitos da mesma e otimização de aspetos operacionais decorrentes de um processo de melhoria contínua;
- elaboração de Descrição e Análise de Funções de alguns serviços;
- continuidade da implementação do Sistema de Gestão e Avaliação do Desempenho;
- continuidade da avaliação da satisfação dos Colaboradores;
- continuidade do funcionamento do “Espaço Aberto ao Colaborador”;
- continuidade da realização de acolhimento aos novos colaboradores e estagiários profissionais;
- alargamento da Bolsa de Formadores internos;
- manutenção da política de mobilidade interna com vista à rentabilização dos Recursos Humanos da Instituição;
- consolidação do processo de centralização dos vários Serviços de Recursos Humanos;
- otimização da informação disponibilizada no MyGIAF ao Colaborador;
- informatização de processos e documentos da Academia, com vista a uma maior eficiência no processamento e tratamento de dados;
- monitorização e melhoria dos procedimentos organizacionais.





Gestão Administrativa e Património

Objetivos:

- Reabilitar imóveis degradados e aumentar a rentabilidade do património imobiliário
- Continuar o Programa "Reabilitar para Arrendar"
- Manter a aposta no Programa "Bolsa Nacional de Terras"
- Estabelecer parceria com a FORESTIS

3.3.10

Área da Gestão Administrativa e Património

A área da Gestão Administrativa e Património tem, nos últimos anos, sido a área que mais contribui para a realização de um conjunto de reformas que permitem à Misericórdia do Porto atingir, em menos de cinco anos, um patamar de excelência neste domínio.

No sentido de manter um grande foco na reabilitação dos imóveis degradados e na maior rentabilização do Património, iremos continuar com o "*Programa Reabilitar para Arrendar*", onde, após a aprovação da Assembleia Geral, queremos informar que serão juntos um conjunto de novos prédios.

No Programa "*Bolsa Nacional de Terras*", irá ser dado o seguimento para a resposta eficaz a este projeto inovador, que nos permite resolver a ocupação dos terrenos abandonados e a rentabilização do património rústico. Neste âmbito, também iremos ter a parceira da FORESTIS- ASSOCIAÇÃO DAS FLORESTAS DE PORTUGAL.

Assim, ao abrigo do artigo 40º e) e nº 3 do Compromisso, a Mesa, de uma forma expressa, fica autorizada a acrescentar os seguintes prédios, no âmbito do Programa Reabilitar para Arrendar, na sequência da Assembleia Geral de 26 de novembro de 2015:

- Rua Costa e Almeida, n.º 66/68
- Escadas do Codeçal, n.º 26/28
- Rua dos Caldeireiros, n.º 231/235
- Rua dos Caldeireiros, n.º 237
- Rua dos Caldeireiros, n.º 239/241
- Rua dos Caldeireiros, n.º 243/245
- Rua dos Caldeireiros, n.º 247/249
- Praça 9 de Abril, n.º 67/71

- Praça 9 de Abril n.º 73/77
- Praça 9 de Abril, n.º 79
- Rua António José da Silva, n.º 24/40
- Rua do Loureiro, n.º 86/88
- Rua Oliveira Monteiro, n.º 271

Mais ainda, fica a Mesa autorizada, nos termos e para os efeitos da alínea i) do mesmo artigo, a alienar um terreno na Rua do Paraíso da Foz, inscrito na matriz com o n.º 5138, da união das freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, e sob o n.º 539, na Conservatória do Registo Predial do Porto, cujo interesse estratégico é nulo, no valor de base da referida avaliação em 55.000 mil euros.

Ainda neste âmbito, fica a Mesa Administrativa autorizada a poder realizar por permuta com o Banco Carregosa ou com entidade com ele relacionada em situação de domínio, do prédio situada na Av. da Boavista com o n.º 1059, pelo prédio também situado na referida Av. da Boavista n.º 1075, cujo valor será fixado pelo processo comercial resultante da avaliação dos referidos imóveis, por peritos independentes.

O DGAP irá, ainda, continuar os processos de procedimentos conducentes à desmaterialização de processos, que permitam uma melhoria efetiva da rentabilidade deste departamento e das suas relações comerciais.

MURAL DE VISITAS

ENTRE PARA O NOSSO MURAL

MURAL



ENTRE VOCÊ TAMBÉM
PARA O NOSSO MURAL

Sistemas de Informação e Modernização Administrativa

Objetivos:

- Disponibilizar novos canais, produtos, serviços e modelos de negócio aos clientes, parceiros e colaboradores
- Melhorar o interface e as opções de comunicação digital com o cliente TI interno / externo
- Desenvolver novas ferramentas e serviços que suportem e acompanhem a Instituição
- Dinamizar e otimizar o Sistema de Informação, num processo de melhoria contínua
- Implementar novos modelos e soluções aplicativos e operativas
- Manter a Certificação ISO 20 000
- Promover a segurança

3.3.11

Área dos Sistemas de Informação e Modernização Administrativa

Esta tem sido uma área de grande transformação na Misericórdia do Porto na última década e cuja justificação se pode encontrar no constante esforço de modernização da nossa Instituição. O ano de 2017 não será, assim, um ano diferente já que novos problemas vão surgindo como os relacionados com as questões da segurança dos sistemas de informação.

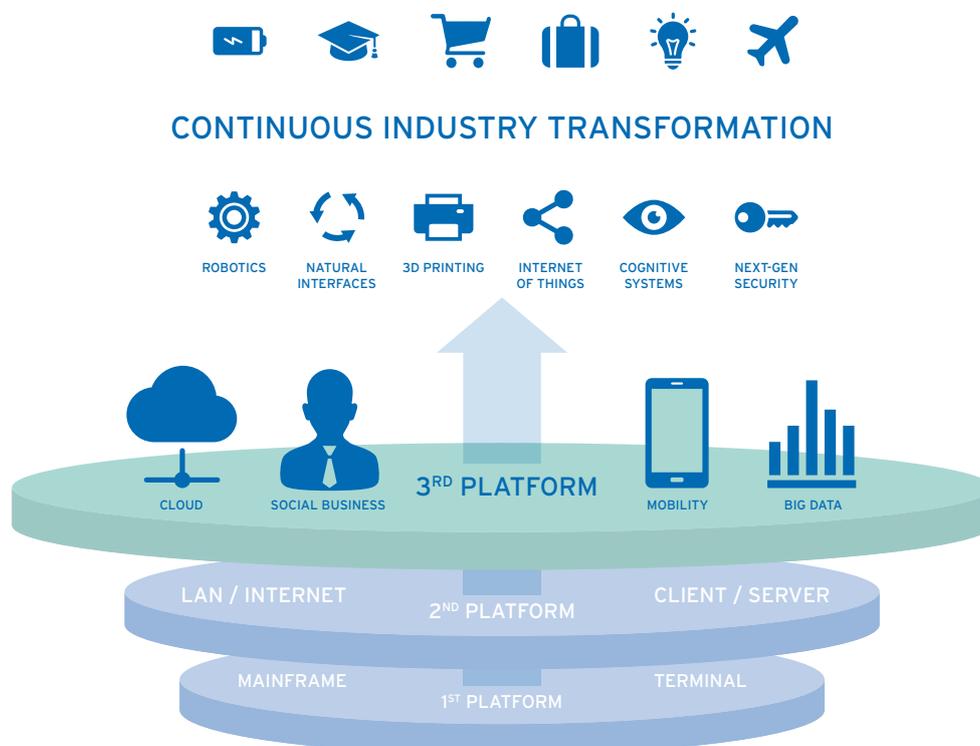
A transformação digital em curso na SCMP, tem sido abordada de forma holística e integrada em todos os seus estabelecimentos e áreas de atuação, na perspetiva de obter novas oportunidades para novos modelos de negócio e promover novos impulsos à inovação. É nesta perspetiva que é possível transformar os processos de desenvolvimento de produtos e decisões de gestão, assim como a produção e a cooperação em redes de criação de valor, criando uma nova dinâmica.

A adoção gradual por parte da SCMP da **3ª Plataforma de Inovação de TI (Tecnologias de Informação)** - suportada pelas tecnologias com recurso à Mobilidade, Sistemas Aplicacionais sociais, soluções de *big data* e analítica de negócio e pelos serviços de *cloud computing* tem sido o motor do crescimento e da inovação nos últimos 5 anos, e está a alterar significativamente o modo como a SCMP **disponibiliza serviços de TI**, mas principalmente, como é possível disponibilizar novos canais de relacionamento com os clientes, parceiros, colaboradores e **desenvolver novos produtos, serviços e modelos de negócio**.



A transformação digital exige uma constante revisão e reajuste de medidas, sendo sempre pretendido pelo Departamento de Sistemas de Informação (DSI) assegurar o êxito desta mudança de forma colaborativa e participativa. Neste contexto, a estratégia digital será sempre incorporada e reforçada com a estratégia global da SCMP, de acordo com as suas prioridades, melhorando a eficiência e contribuindo para otimizar os processos.

Outra área de foco é a componente de interface com o cliente TI (interno/externo), no sentido de melhorar os procedimentos de trabalho e as opções de comunicação digital.



No centro do novo ecossistema digitalmente transformado não está o negócio, mas o indivíduo envolvido num ecossistema de experiências que incluem interações pessoais, profissionais, comerciais e relações sociais - tudo suportado por interfaces digitais pessoais e profissionais.

A SCMP mantém a estratégia de implementação da Transformação Digital sendo abordada como um processo de melhoria contínua através da qual é necessário adaptar de forma eficaz e eficiente as suas áreas de atuação, às mudanças inovadoras nos respetivos clientes, através da disponibilização de competências digitais para inovar nos modelos de negócio, com o objetivo de melhorar a eficácia operacional e o de-

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

LIDERANÇA 3D <ul style="list-style-type: none"> • Estratégia e Governance • Arquitetura Estratégica • TI como Serviço 	INOVAÇÃO <ul style="list-style-type: none"> • Experiência Cliente TI (interno / externo) • Estratégias de Mobilidade • Posto de Trabalho do Futuro • Realidade Virtual / Realidade Aumentada 	TRANSFORMAÇÃO DA INFORMAÇÃO <ul style="list-style-type: none"> • Nova Geração de Segurança • Sistemas Aplicacionais de Suporte Negócio • Transformação Dados / Informação • Analítica e "Big Data" • Sistemas Cognitivos 	CAPACITAÇÃO E ALINHAMENTO <ul style="list-style-type: none"> • Infraestrutura • Aquisições e Novos Desenvolvimentos • Aplicacionais • Estratégias de Cloud • Tecnologia IoT, 3D 	MODELOS DE COLABORAÇÃO <ul style="list-style-type: none"> • Gestão de Talento • Serviços de Outsourcing • Formação / Certificação Tecnológica • Gestão de Fornecedores de Serviço SI / TIC
---	---	--	---	---

sempenho organizacional.

Liderança 3D

- Foco nos desafios críticos da SCMP para entregar plataformas tecnológicas ágeis e robustas e impulsionar a mudança através de parcerias estratégicas.
- Preparar a revisão do Plano Diretor 2014-2017 com o objetivo de suportar a evolução do negócio da SCMP numa perspectiva evolutiva de transformação digital, através da **inovação, integração e incorporação** no curto, médio e longo prazo.
- TI como serviço em termos de custo, velocidade e disponibilidade.

Inovação

- Desenvolver uma arquitetura de serviços *plug and play* que suporte novos produtos e serviços digitais.
- Posicionar o DSI como *broker* corporativo dos serviços internos e externos.
- Criar iniciativas digitais que incluam colaboração multifuncional centrada no digital, aprovisionamento e integração de serviços corporativos emergentes.
- Aproveitar a maturidade alcançada na gestão de projetos ágeis, gestão integrada de serviços e segurança corporativa para suportar o processo de transforma-

ção digital da SCMP.

Transformação da Informação

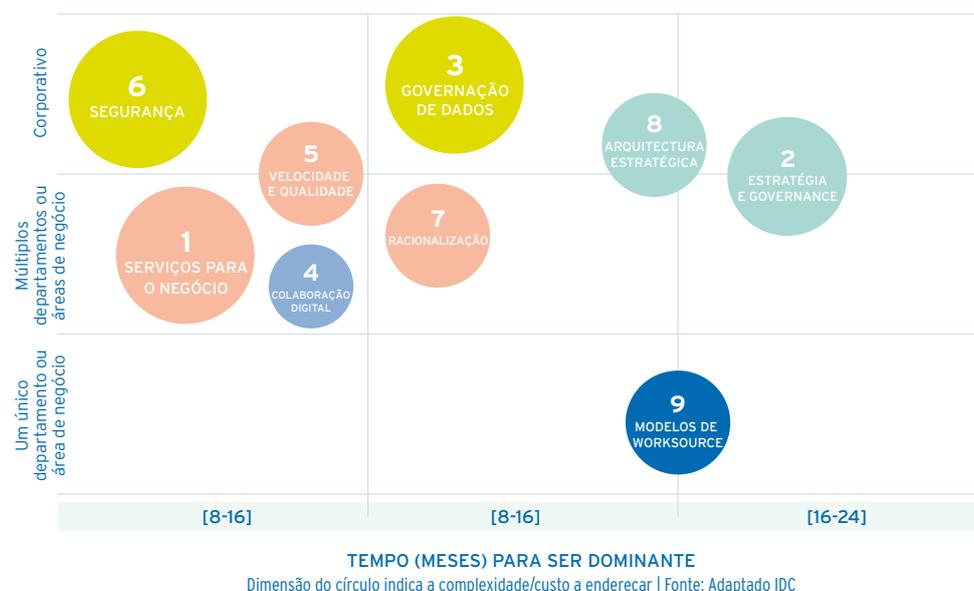
- Evitar a redundância e a duplicação, em particular da Informação.
- Dinamizar a implementação de uma *framework* de governação da informação.
- Implementar segurança orientada para o Risco, estabelecendo a segurança como boa prática holística e transversal às áreas de negócio da SCMP e domínios da Informação, Aplicacionais e Tecnológicos.
- Analisar a viabilidade de implementação de serviços de segurança (SECaaS) ou *Cyber-security Information Sharing Partnership* (CiSP).
- Desenvolver uma abordagem integrada das áreas de *Business Intelligence* (BI) e das tecnologias de big data e analítica (BDA).
- Avaliar as necessidades futuras e desenvolver um portfolio de competências, como *data science*, que possibilite a transformação dos dados.

Capacitação e Alinhamento

- Alinhar as funções de Negócio e de TI, acelerando a inovação e contribuindo para a criação de valor.

- Adoção de práticas que possibilitem responder aos requisitos de negócio da SCMP com tempos de resposta, qualidade e eficiência adequados aos projetos.
- Preparar uma estratégia de racionalização de dados como fator crítico para permitir que as áreas de Negócio da SCMP se concentrem no que é importante ou tenha maior impacto na criação de valor.
- Reativar iniciativas de racionalização para endereçar os novos desafios.
- Evoluir e Otimizar o catálogo de serviços corporativo, processos, organização e arquitetura, para contribuir para a melhoria da qualidade de serviço prestado pelo DSI.
- Iniciar o processo de preparação de substituição de fornecedores de serviços, salvaguardando a SCMP para eventuais falhas com impacto institucional

PRINCIPAIS INICIATIVOS SI/TIC 2017 *Forward Looking Framework*



Modelos de Colaboração

- Incorporar Gestão de Talento como prática regular.
- Aproveitar os recursos de conhecimento externos no sentido de garantir maior capacidade de colaboração.
- Promover parcerias estratégicas para garantir a Formação e a Certificação Tecnológica.



Governança e Gestão Sistema de Informação

As Organizações existem para criar valor para os seus *stakeholders*, colocando como objetivo da governança corporativa a satisfação de benefícios através da redução dos riscos e otimização dos recursos relacionados. As Tecnologias de Informação estão cada vez mais associadas com a capacidade das Organizações criarem valor, tendo um impacto direto na satisfação das necessidades dos *stakeholders*, em particular dos clientes, mas também por representarem riscos relevantes para a atividade ou pelo papel determinante que podem ter na eficiência interna e otimização de recursos. Neste contexto, o DSI tem evoluído para uma “abordagem empresarial de TI”, envolvendo as funções de negócio e de TI na governança e gestão dos seus Sistemas de Informação.

NECESSIDADES DOS STAKEHOLDERS DA SCMP

DRIVE

OBJETIVO DA GOVERNANÇA: CRIAR VALOR



Neste contexto, manteremos na SCMP uma abordagem à governança e gestão do Sistema de Informação que, em geral, deve assegurar cinco princípios fundamentais:



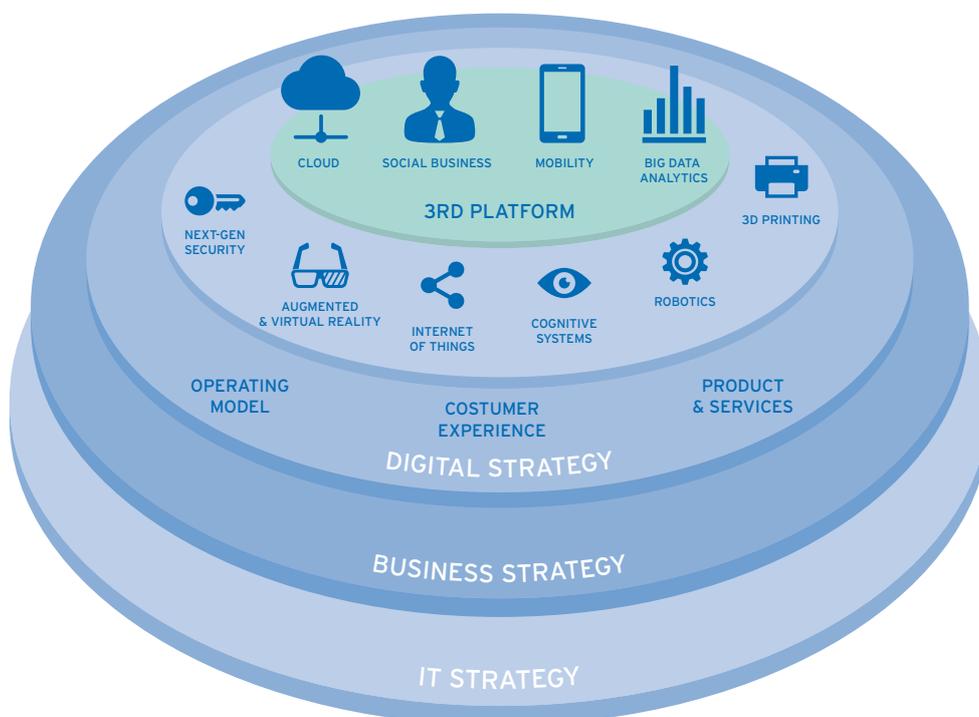
A *framework* de governança e gestão do Sistema de Informação representa a visão conceptual dos principais componentes necessários para garantir um contributo efetivo do Sistema de Informação para a criação de valor, designadamente:

1. A satisfação das necessidades das partes interessadas relacionadas com Tecnologias de Informação;
2. Uma adequada otimização dos riscos relacionados com as Tecnologias de Informação;
3. Uma utilização eficiente dos recursos disponíveis.

Os principais componentes da **IT Governance & Management Framework** são:

- A. **Enterprise Goals (BSC)** - objetivos corporativos da Organização;
- B. **IT-Related Goals (BSC)** - objetivos relacionados com o Sistema de Informação;
- C. **IT-Related Risks** - mapa de riscos relacionados com o Sistema de Informação;
- D. **IT enablers** - facilitadores de governança e gestão do Sistema de Informação: *Processes; Organizational Structures; Principles, Policies and Culture; Information Types; Services, Infrastructure and Applications; and People, Skills and Competencies*;
- E. **Architecture** - visão da arquitetura empresarial, considerando as dimensões: *Business; Information; Information Systems, Data e Delivery Systems*.

Arquitetura Estratégica



Fonte: IDC 2017, trabalho consultoria SCMP

Otimização da Infraestrutura TIC da SCMP

A adoção de serviços de *Cloud Computing* contribui para a simplificação dos ambientes de TI no interior da SCMP, assim como contribui para aumentar a produtividade do DSI com a capacidade de garantir/obter **Centralização dos pressupostos de Gestão Operacional TI, Diminuição de Tempos de Downtime de Infraestrutura, Redução de Custos Operacionais das Comunicações WAN SCMP, Redução de Custos Operacionais de Manutenção Sites TI SCMP, Implementação de Solução Single Sign On, Implementação de Solução de Comunicações Unificadas, Integração e Interoperabilidade dos Sistemas Aplicacionais SCMP.**

Para além destes benefícios referenciados em primeiro plano, a capacidade de disponibilizar serviços de TIs em novas localizações e implementar novos produtos e serviços, face à estratégia de crescimento da SCMP apresenta também elevadas vantagens ao nível da agilidade e capacidade de resposta.

Implementação de plano de recuperação de desastres e continuidade de negócio

No seguimento da conclusão do Projeto Centro Corporativo da SCMP, deverá ser estruturada adequadamente a arquitetura do BCP-DRP (*Business Continuity Plan - Disaster Recovery Plan*) da SCMP, de-

vendo estar convenientemente individualizada e sendo objeto de um tratamento específico e detalhado. A arquitetura será sustentada em três pontos fundamentais:

FIABILIDADE - definindo um plano detalhado de testes da plataforma de DRP, garantindo um forte alinhamento entre os recursos resultantes do próprio plano e a realidade ou requisitos operacionais da SCMP;

ARQUITETURA TECNOLÓGICA - diretamente relacionada com a tecnologia e infraestrutura utilizada. Deve ser definida e avaliada a arquitetura tecnológica capaz de fornecer uma resposta adequada a uma hipotética necessidade de ativação de BCP-DRP;

ARQUITETURA DE SEGURANÇA - focada na componente humana, no sentido de

garantir que os recursos adequados estão permanentemente formados e preparados para lidar com a referida realidade.

Este projeto contempla a realização de trabalhos de auditoria e consultoria no âmbito da continuidade do negócio, nomeadamente estudos de BIA's (*Business Impact Analysis*) e de gestão do risco TI, no desenvolvimento de soluções de redundância para a infraestrutura TI, na implementação de soluções de alarmística, controlo e monitorização TI, e na realização de ações de formação e consciencialização em termos de emergência/contingência TI e organizacional.

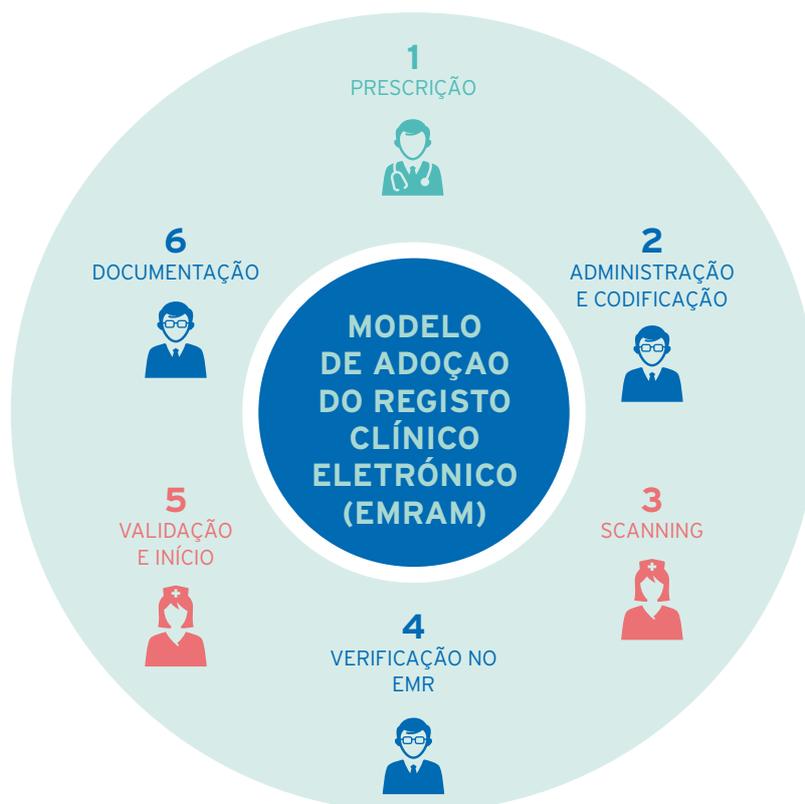
Gestão Portfólio Aplicacional

Foram definidos projetos que irão reforçar, consolidar e otimizar os SI/TIC nas diversas áreas de negócio da SCMP, destacando-se a realização dos seguintes:

- **Inovação e Modernização do Circuito do Medicamento - EMR Adoption Model - Stage 6 Validation**

Projeto de Otimização do Circuito do Medicamento com recurso a mecanismos/suportes de mobilidade para registo de informação clínica de suporte à prestação de cuidados de saúde que tem por objetivos garantir/obter documentação clínica com interação para apoio à decisão de Suporte Avançado e administração de medicamentos Closed Loop, no sentido de elevar o nível de maturidade dos Sistemas SI/TIC na escala internacional EMRAM do HP-SCMP | CRN, de 5 para 6 (obtendo desta forma a primeira certificação em Portugal para Hospitais), inovar na implementação digital dos Seis Certos na Administração de Medicamentos e otimizar o acesso a informação clínica com implementação de soluções de Mobilidade e redução dos postos de trabalho clínico DESKTOP.





• **Implementação/Otimização de Solução Aplicação ERPI e Áreas de Gestão do Serviço Social SCMP**

Projeto alinhado com a estratégia de visão única do cidadão SCMP, com garantia de utilização de um único sistema aplicacional que garanta a conformidade ao nível dos registos de dados obrigatórios para o setor social disponibilizando um vasto portfolio de sistemas aplicacionais que asseguram uma total cobertura das necessidades ao nível da gestão e organização das entidades do setor social da SCMP, acompanhando sempre as exigências legais e funcionais, com garantia de características ao nível dos processos de integração entre as soluções em produção na SCMP. Este projeto constitui uma importante mais-valia para os utilizadores que evitam assim tarefas de dupla introdução de dados, em alinhamento com a Área da Saúde no Ciclo de Gestão Clínica e Gestão de Doentes no sentido de **garan-**

tir/obter redução do esforço ao nível do registo da informação, acesso à informação que suporta a referida atividade, controlo e intervenção efetiva sobre as atividades, centralização, controlo e gestão efetiva de todos os processos de trabalho e redução dos custos operacionais de manutenção de dois sistemas aplicacionais.

• **Ative Analytics - Big Data**

Um típico princípio corporativo é o de que os "dados" são um ativo crítico para a SCMP. Neste contexto a SCMP tem adotado a estratégia de que os dados devem ser tratados e geridos - sendo que a qualidade dos dados é vital para as decisões de negócio o que exige que os dados possuam responsáveis e governação.

A rentabilização dos dados e o conhecimento das áreas de atuação da SCMP - indispensável à eficácia e eficiência - depende diretamente da transformação dos dados em informação e conhecimento. Para dar resposta a estas exigências, o DSI tem vindo a desenvolver uma estratégia de que os dados devem ser geridos com uma diligência semelhante à que o negócio aplica a ativos financeiros ou físicos.

Neste contexto, serão dois os aspetos importantes para esta gestão:

1. Uma **estratégia corporativa** para recolha e análise de informação com base no Plano Diretor SI/TIC SCMP;
2. Uma **Arquitetura** que suporte a aquisição, armazenamento, movimentação, transformação, *reporting* e análise dos dados existentes.

Neste contexto serão linhas orientadoras o desenvolvimento da governação de dados, responsabilidades e quadros de referência em sintonia com os proprietários de negócio e com a segurança, a abordagem analítica com uma arquitetura de dados que integre dados existentes, novos e *big data* e a disponibilização de rastreabilidade e respetiva avaliação rigorosa do valor das fontes de dados.

• EPR - Módulos Aplicacionais

ERP - Tesouraria ERP - Gestão de Recursos Humanos ERP - Avaliação de Fornecedores

Para poder enfrentar as mudanças é necessário entender que estas têm uma nova natureza, nomeadamente, as aplicações empresariais (como o ERP) evoluíram principalmente com base nas mudanças técnicas, com atualizações ou correções. Agora o ritmo da evolução já não é determinado por fatores técnicos, mas por mudanças no negócio que afetam todas as áreas. Essas mudanças implicam uma transformação dos fluxos de negócio e de aprovação, requerem o uso de novos dados, de novas formas de interagir com eles, assim como de novas abordagens e perspectivas para tomar decisões. Neste contexto, serão implementados módulos aplicativos que visam responder aos requisitos nomeadamente ao nível do:

- **PLANEAMENTO:** identificar os requisitos de configuração de software, de elaboração de relatórios e de segurança. Nesta fase também é preciso determinar os recursos que irão ser necessários;
- **IMPLEMENTAÇÃO:** terá de ser personalizada, com o objetivo de adaptar o ERP às necessidades funcionais específicas da SCMP;
- **MANUTENÇÃO:** o sistema precisa de manutenção ao longo do tempo para dar lugar às necessidades de modernização e atualização da aplicação. As necessidades funcionais vão produzir-se de forma contínua e a manutenção vai atrair uma quantidade cada vez maior de recursos.

• Outros Desafios SI/TIC

<p>IMPLEMENTAÇÃO MODELO APLICACIONAL E OPERATIVO CENTRAL DE COMPRAS SCMP</p> <p>Desenvolvimento de novo modelo de funcionamento dos Serviços de Compras da SCMP, enquanto estrutura de serviços partilhados, quer ao nível dos processos organizacionais e procedimentos de trabalhos, quer ao nível dos sistemas de informação que suportam a sua atividade.</p>	<p>PROJETO “A MINHA VEZ”</p> <p>Implementação da funcionalidade de admissão e pagamento por parte dos utentes em quiosques de admissão, com implementação de infraestrutura de TV LCD, para efeitos de divulgação da informação, sistema de chamadas e respetivos sistemas de comunicação. Implementação do hardware de rede de equipamentos ativos e passivos e software de base para as restantes ações da operação.</p>	<p>IMPLEMENTAÇÃO DE SOLUÇÃO MÓDULO DE INVENTÁRIO E CATALOGAÇÃO OBRAS ARTE SCMP</p>
<p>OTIMIZAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS E DOCUMENTOS</p> <p>Otimização e Consolidação das Ferramentas de Gestão Documental de suporte aos Processos dos Departamentos / Gabinetes SCMP / Estabelecimentos SCMP.</p>	<p>CRM - CUSTOMER RELATIONSHIP MANAGEMENT (OTIMIZAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO HP-SCMP)</p> <p>Tem por objetivo dotar o relacionamento da SCMP com qualquer stakeholder, bem como alinhamento com visão estratégica, que foca na ação e planeamento estratégico da SCMP direcionado aos seus <i>stakeholders</i>, podendo gerar vantagem competitiva, através da implementação de Plataforma de Atendimento Cloud com suporte mais rápido, eficiente, inteligente e inovador.</p>	<p>IMPLEMENTAÇÃO DE SOLUÇÃO APLICACIONAL PARA GESTÃO PEDIDOS / MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS</p> <p>Plataforma de apoio e gestão da manutenção de infraestruturas, no sentido de dar resposta às atuais necessidades da manutenção de infraestruturas e equipamentos de diversas tipologias nos vários estabelecimentos da SCMP, assim como responder às exigências legais deste âmbito.</p>
<p>CIPE - CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRÁTICA DE ENFERMAGEM (ANO 2)</p>	<p>OTIMIZAÇÃO DA ÁREA DA SAÚDE NO CICLO DE GESTÃO DE DOENTES</p> <p>Otimização do contributo da relação TI / Negócio para o desenvolvimento do Portfólio Aplicacional na área da Saúde da SCMP.</p>	<p>IMPLEMENTAÇÃO DE SOLUÇÃO DE CÁLCULO DE RETRIBUIÇÕES VARIÁVEIS</p> <p>Otimizar os processos de registo, controlo e redução do risco que suporta o cálculo de prémios de produtividade no HP-SCMP/CRN.</p>
	<p>CERTIFICAÇÃO ISO 20 000 (ANO 2)</p>	

• **Implementação Programa de Segurança SI/TIC SCMP**

O programa de Segurança da Informação da SCMP pretende garantir que até 2018 a Segurança da Informação responda às necessidades atuais e futuras da atividade da SCMP através de uma abordagem integrada das componentes de Pessoas, Processos e Tecnologias. Para tal pretende-se que:

- A *framework* de Segurança da Informação na SCMP contribua para garantir o alinhamento do ambiente de controlo e gestão com os objetivos e riscos relacionados com o Sistema de Informação;

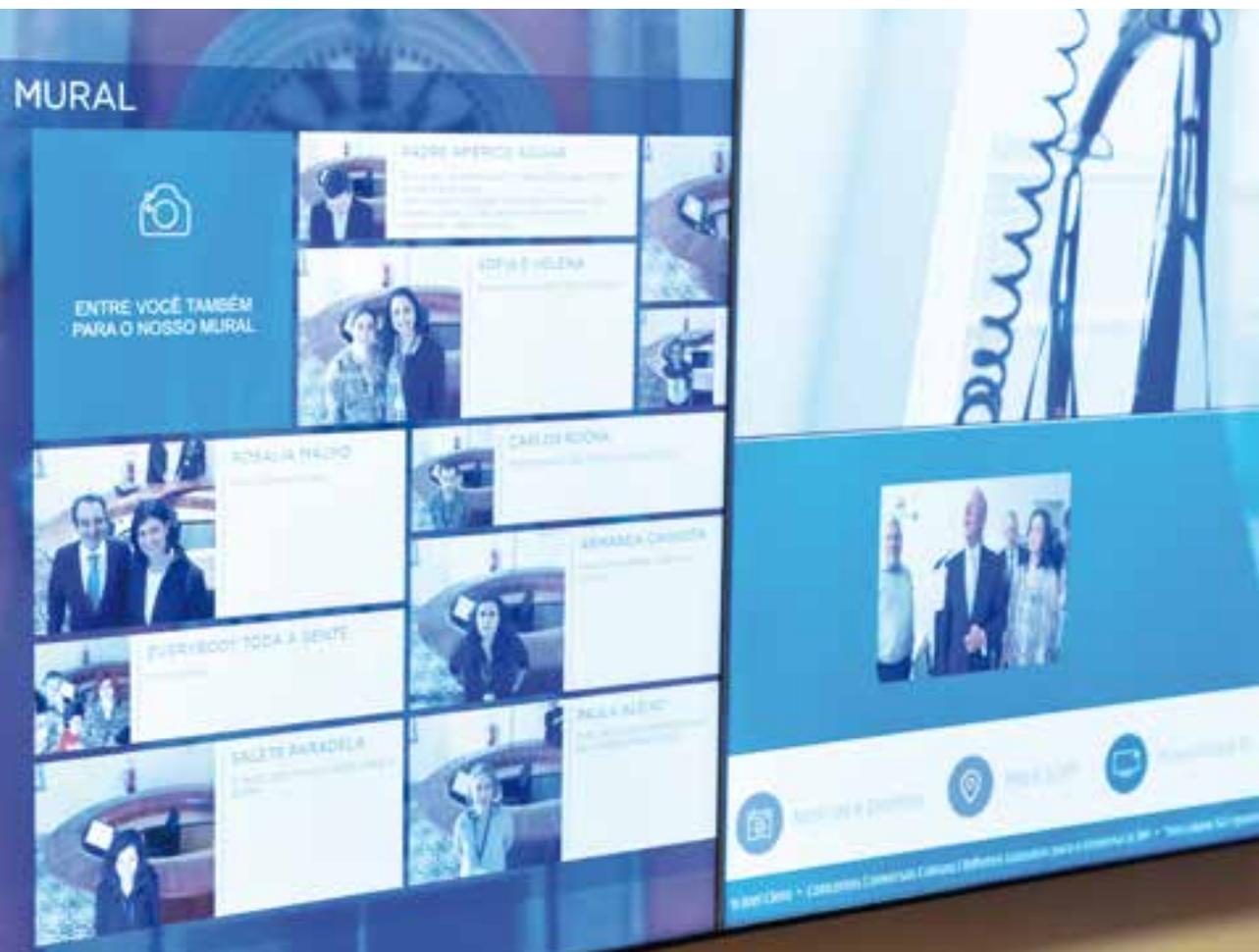
- Exista uma visão sistémica da Segurança da Informação através da articulação entre as componentes de: Princípios, Políticas e Cultura; Processos; Estruturas Organizacionais; Tipos de Informação; Serviços, Infraestruturas e Aplicações; e Pessoas e Competências;

- A *framework* de Segurança da Informação na SCMP enquadra-se na *framework* global do Sistema de Informação da SCMP, permitindo uma visão comum da gestão e controlo dos diferentes temas relevantes para a criação de valor na SCMP.

A combinação de mobilidade, *Cloud*, *Big Data* e *Social Business* criou na SCMP um novo paradigma tecnológico, denominado de **Terceira Plataforma TI**, e que está a impulsionar a nossa transformação digital. Neste contexto, assumimos para 2017 o compromisso de aproveitar as capacidades analíticas que aumentem a produtividade dos colaboradores, facilitem o acesso de novos utilizadores a aplicações móveis, consigam uma maior ubiquidade no acesso através de modelos de desdobramento *Cloud* ou que, aproveitando as redes sociais, consigam que a informação flua - com os requisitos de segurança e gestão de acesso correspondentes - através das estruturas informais da SCMP. Por último, a informação pode ser consumida, criada ou partilhada no seu contexto empresarial por quem dela necessite.

Na área de segurança e riscos estaremos comprometidos por completo com as novas tendências tecnológicas e assim poder definir, alcançar e manter programas de segurança e gestão de risco eficazes, capazes de permitir o aproveitamento de oportunidades de negócio e gestão de riscos em simultâneo.

Em conclusão, o DSI procurará contribuir com eficiência e eficácia para a estratégia da SCMP, para a satisfação dos diferentes *stakeholders* na perceção do valor entregue e para a sustentabilidade da organização reduzindo a probabilidade e o impacto dos riscos na SCMP.



3.4

Referências Finais

Diz-nos o Papa Francisco que "esta cultura do descarte tende a tornar-se a mentalidade comum, que contagia todos. A vida humana, a pessoa já não é sentida como um valor primeiro a respeitar e a salvaguardar, especialmente se é pobre ou deficiente, se ainda não é útil - como o nascituro - ou se deixou de servir - como o idoso. Esta cultura do descarte tornou-nos insensíveis também aos desperdícios e aos restos alimentares que são ainda mais repreensíveis quando em todas as partes do mundo, infelizmente, muitas pessoas e famílias sofrem devido á fome e á subnutrição".

A cultura do descarte não é a cultura da misericórdia. A cultura da misericórdia é uma cultura de amor e solidariedade com o próximo cujos fundamentos estão tão atuais agora como há mais de mil anos.

Os tempos hoje são de risco o que implica prudência. Mas são também tempos de audácia e de reformas permanentes.

A bondade humana é o princípio e o fim de todas as coisas.

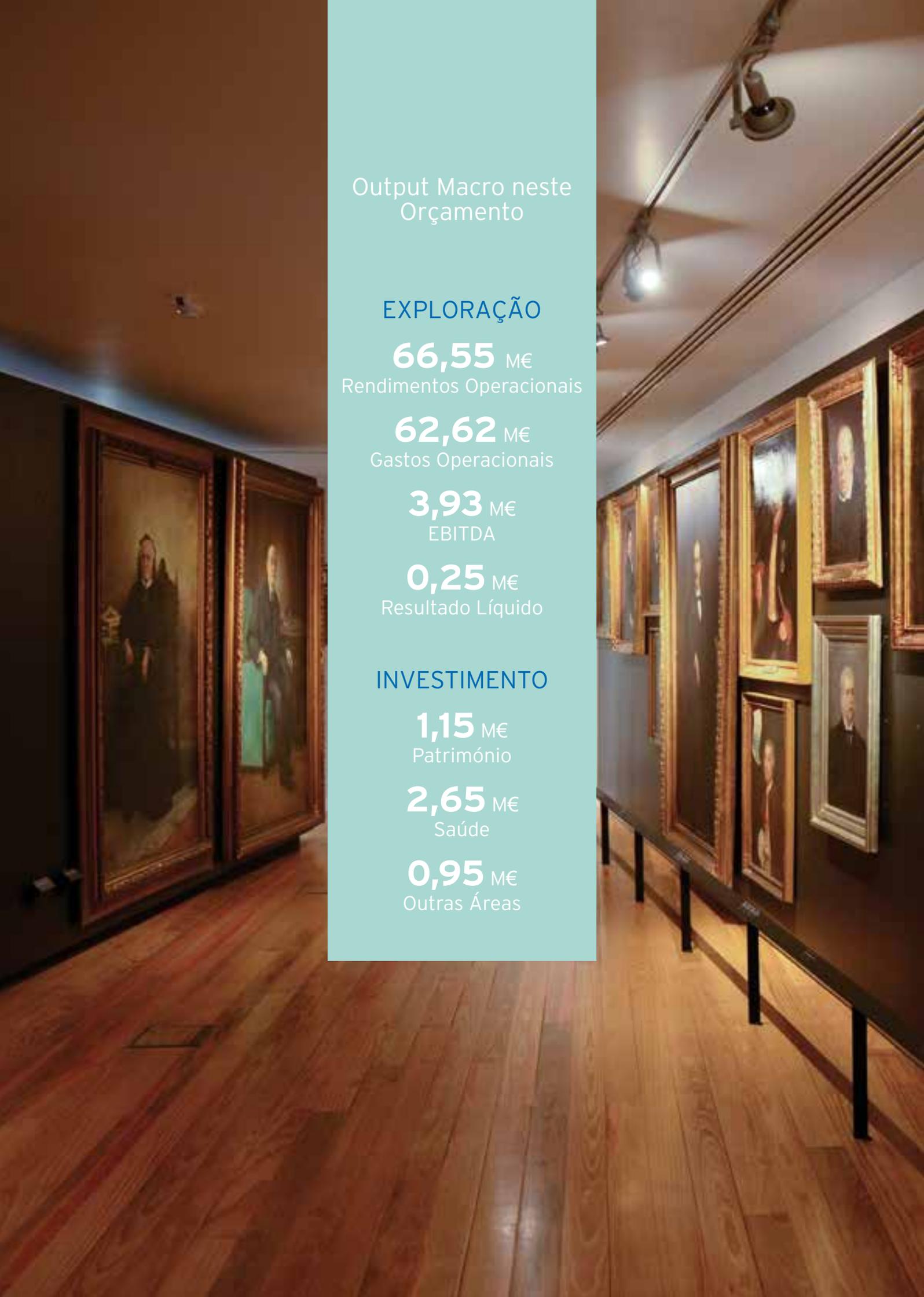
O Plano de Atividades e o Orçamento que apresentamos revelam ambição e cautela. Ambição porque queremos fazer mais. Cautela porque sabemos as nossas limitações.

A confiança no futuro e o desejo de uma melhor Misericórdia com mais amor foram os desideratos que presidiram à definição dos nossos objetivos.

Desejamos que os Irmãos com o seu voto nos outorguem a confiança para o saber-mos executar.

Ao Definitório e à Mesa da Assembleia Geral, bem como aos nossos colaboradores, o nosso agradecimento. O seu empenho é para nós decisivo.

Ao Senhor D. António Francisco dos Santos o nosso agradecimento pelo seu apoio institucional e de pastor atento.



Output Macro neste
Orçamento

EXPLORAÇÃO

66,55 M€

Rendimentos Operacionais

62,62 M€

Gastos Operacionais

3,93 M€

EBITDA

0,25 M€

Resultado Líquido

INVESTIMENTO

1,15 M€

Património

2,65 M€

Saúde

0,95 M€

Outras Áreas

04



ORÇAMENTO

A SCMP tem vindo ao longo dos anos a apresentar as suas **Contas de Exploração** e respetivos **Orçamentos** em duas perspetivas:

- **Visão Consolidada**
- **Visão por Área de Exploração | Centro de Resultados**

No que concerne às apresentações na ótica das **Áreas de Exploração | Centros de Resultado** as mesmas têm sido elaboradas de acordo com o **Modelo Operativo** em vigor, na SCMP.

Decorrente da última reformulação do **Modelo Operativo** da SCMP, operada em 2014/2015, resultou a corporização de uma **Área de Atividade**, que se denominou de **Serviços Partilhados e Corporativos (SPeC)**, e que teve como princípio estruturante e estratégico a concentração dos serviços transversais a todo o universo operacional da SCMP.

Com a consolidação destes serviços, que para além de possuírem as valências de partilha também assumem um papel corporativo dentro da nossa Instituição, foi necessário repensar a o tratamento a dar aos **gastos e rendimentos** que esta unidade incorpora.

A exemplo das boas práticas adotadas no mundo empresarial, os **gastos e rendimentos** associados a este tipo de atividade são, após a sua execução, repartidos pelas diferentes **Áreas de Exploração** de acordo com critérios assentes em estratégias e políticas definidas pela **Gestão de Topo**, tendo em conta uma gestão integrada da **Instituição**.



Após diversos estudos, foi definida uma **chave de distribuição** para os referidos **gastos e rendimentos** que vem sendo aplicada contabilisticamente. Assim, as **Áreas de Exploração | Centros de Resultados** (ex. Património de Rendimento, Saúde, Educação, Social, Justiça, etc.) recebem no final de cada período uma determinada verba referente aos **SPeC**.

O tratamento contabilístico desta **distribuição** é feito de acordo com as melhores práticas e a ferramenta ERP utilizada permite obter informação sobre cada **Área de Exploração** antes e após a referida **distribuição**.



No que diz respeito à apresentação de **Contas de Exploração e Orçamento**, privilegiando uma leitura mais clara e simples, optamos por isolar em linhas separadas os **gastos e rendimentos** dos SPeC atribuídos a cada **Área de Exploração | Centro de Resultados**:

- **Imputação de SPeC e Partilha de Serviços | RENDIMENTOS**
- **Imputação de SPeC e Partilha de Serviços | GASTOS**

Desta forma apresentamos o Orçamento de 2016 numa perspetiva de Exploração e Investimento.

O comportamento esperado para a evolução dos dados macroeconómicos em 2016, como sendo o PIB, Taxas de Juro Passivas, Coeficiente de Atualização do Rendimento associado ao Património e Taxa de Inflação, foram tidos em conta na elaboração deste Orçamento.

Tratam-se de variáveis exógenas, não controladas pela SCMP, mas que apresentam níveis de criticidade para algumas das suas Atividades.

A adoção de critérios de prudência, aplicados às diferentes rubricas que compõem as Demonstrações dos Resultados Previsórios, estiveram presentes na elaboração do Orçamento, com impacto na Exploração e Investimento.

Ao Investimento é dado uma importância elevada, pois como sabemos tem impacto direto na evolução da atividade da SCMP, com repercussão ao nível económico e financeiro, através do recurso a fundos.



[Faint, illegible cursive text on the wall, possibly bleed-through from the reverse side of the page.]



CONSOLIDADO

	REALIZADO 2014	REALIZADO 2015	ORÇAMENTO 2016	ORÇAMENTO 2017
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	48 497 019	48 055 422	51 819 568	52 599 798
VENDAS	486 973	555 729	570 474	582 028
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	48 010 046	47 499 692	51 249 094	52 017 770
Matrículas e mensalidades	2 668 408	2 712 936	3 231 436	3 150 731
Outras	45 341 639	44 786 757	48 017 658	48 867 039
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	5 256 851	5 697 210	6 046 053	6 645 427
ISS, IP - Centros distritais	4 802 012	5 179 657	5 363 640	5 599 900
Outros	454 839	517 553	682 413	1 045 527
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS	4 943			
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO	11 940	271		
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	390 183	296 054	276 595	314 073
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-4 947 815	-5 384 944	-5 246 935	-5 503 989
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-14 144 546	-15 783 546	-17 087 048	-17 824 843
Subcontratos	-5 089 904	-5 581 989	-5 993 750	-5 823 751
Energia e fluidos	-2 209 576	-2 538 938	-2 848 835	-2 672 899
Outros	-6 845 065	-7 662 619	-8 244 463	-9 328 193
GASTOS COM PESSOAL	-35 363 429	-36 577 718	-36 225 357	-38 281 178
Remunerações certas	-22 423 061	-23 501 547	-23 209 715	-24 276 225
Remunerações adicionais	-6 725 937	-6 565 612	-6 387 785	-6 933 989
Formação profissional	-1 433	-41 938	-148 507	-158 715
Encargos sobre remunerações	-5 914 933	-6 147 036	-6 127 004	-6 544 362
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-150 166	-169 970	-281 629	-292 270
Outros custos com o pessoal	-147 900	-151 615	-70 718	-75 616
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)	127 146			
IMPARIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	170 380	30 146		
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)	-770 745	107 487	-684 000	-604 000
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)		-55 177		
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR	-17 133	167 836		
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	5 821 640	7 053 999	6 084 647	6 991 226
OUTROS GASTOS E PERDAS	-357 283	-138 827	-165 047	-410 910
RESULTADO ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	4 679 151	3 468 213	4 818 476	3 925 606
GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	-4 309 598	-4 106 501	-4 375 327	-3 734 461
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	369 553	-638 288	443 149	191 145
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	575 314	322 460	210 000	98 650
JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS	-5 240	-11 984	-1 910	-31 240
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	939 626	-327 811	651 239	258 555
IMPOSTO SOBRE RENDIMENTO DO PERÍODO				
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	939 626	-327 811	651 239	258 555

SAÚDE

	REALIZADO 2014	REALIZADO 2015	ORÇAMENTO 2016	ORÇAMENTO 2017
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	43 362 800	42 790 306	46 104 689	46 833 572
VENDAS				
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	43 362 800	42 790 306	46 104 689	46 833 572
Matrículas e mensalidades			290 580	
Outras	43 362 800	42 790 306	45 814 109	46 833 572
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	1 395 734	1 533 357	1 542 647	1 869 208
ISS, IP - Centros distritais	1 256 387	1 503 438	1 536 647	1 869 208
Outros	139 346	29 919	6 000	
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS				
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO				
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE				
IMPUTAÇÃO DE SPeC E PARTILHA DE SERVIÇOS RENDIMENTOS		380 654		783 382
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-4 257 654	-4 655 551	-4 533 834	-4 726 226
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-8 903 429	-10 214 580	-10 964 985	-11 568 871
Subcontratos	-3 748 066	-4 361 826	-4 510 207	-4 982 268
Energia e fluidos	-1 426 927	-1 725 921	-1 984 000	-1 725 000
Outros	-3 728 435	-4 126 833	-4 470 778	-4 861 603
IMPUTAÇÃO DE SPeC E PARTILHA DE SERVIÇOS GASTOS	-3 211 379	-3 643 782	-4 067 080	-5 493 794
GASTOS COM PESSOAL	-25 261 844	-25 579 487	-25 067 432	-26 512 119
Remunerações certas	-14 930 361	-15 379 807	-15 019 203	-15 629 487
Remunerações adicionais	-5 870 064	-5 652 236	-5 415 192	-5 943 353
Formação profissional	-450	-6 800	-87 596	-93 152
Encargos sobre remunerações	-4 259 347	-4 339 319	-4 309 177	-4 598 573
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-110 787	-114 043	-194 551	-203 196
Outros custos com o pessoal	-90 834	-87 281	-41 713	-44 358
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)	127 146			
IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	185 403	-83 693		
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)	8 554			
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)				
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR				
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	1 018 658	1 110 024	1 256 193	1 337 870
OUTROS GASTOS E PERDAS	-75 650	236 469	-11 816	-13 843
RESULTADO ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	4 388 339	1 873 717	4 258 383	2 509 178
GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	-1 979 432	-2 002 905	-2 297 196	-1 703 227
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	2 408 907	-129 188	1 961 187	805 951
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	910	326		
JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS	-60	-72		
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	2 409 758	-128 934	1 961 187	805 951
IMPOSTO SOBRE RENDIMENTO DO PERÍODO				
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2 409 758	-128 934	1 961 187	805 951

HOSPITAL DA PRELADA

	REALIZADO 2014	REALIZADO 2015	ORÇAMENTO 2016	ORÇAMENTO 2017
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	33 179 216	29 891 901	32 438 356	33 158 716
VENDAS				
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	33 179 216	29 891 901	32 438 356	33 158 716
Matrículas e mensalidades				
Outras	33 179 216	29 891 901	32 438 356	33 158 716
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	33 647	12 073		
ISS, IP - Centros distritais				
Outros	33 647	12 073		
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS				
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO				
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE				
IMPUTAÇÃO DE SPeC E PARTILHA DE SERVIÇOS RENDIMENTOS		380 654		783 382
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-3 672 740	-4 005 364	-3 859 080	-3 972 800
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-5 355 289	-6 271 839	-6 265 147	-6 968 078
Subcontratos	-2 476 680	-2 872 155	-2 853 380	-3 172 800
Energia e fluidos	-796 092	-945 488	-1 020 000	-916 000
Outros	-2 082 517	-2 454 195	-2 391 767	-2 879 278
IMPUTAÇÃO DE SPeC E PARTILHA DE SERVIÇOS GASTOS	-1 445 121	-1 875 259	-2 834 592	-3 264 140
GASTOS COM PESSOAL	-17 354 120	-16 545 783	-16 211 338	-17 573 575
Remunerações certas	-9 641 156	-9 297 777	-9 243 842	-9 787 191
Remunerações adicionais	-4 616 550	-4 240 548	-3 963 465	-4 495 329
Formação profissional	-450	-1 250	-44 914	-49 157
Encargos sobre remunerações	-2 959 085	-2 874 185	-2 811 987	-3 083 915
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-75 892	-75 241	-125 743	-134 574
Outros custos com o pessoal	-60 987	-56 782	-21 388	-23 408
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)	127 146			
IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	195 994	-59 285		
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)				
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)				
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR				
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	622 627	508 376	841 362	765 509
OUTROS GASTOS E PERDAS	-48 739	-59 889	-9 112	-11 143
RESULTADO ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	6 282 621	1 975 584	4 100 449	2 917 871
GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	-1 048 211	-755 655	-995 908	-543 012
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	5 234 410	1 219 929	3 104 541	2 374 858
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	491	80		
JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS	-23	-17		
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	5 234 878	1 219 992	3 104 541	2 374 858
IMPOSTO SOBRE RENDIMENTO DO PERÍODO				
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	5 234 878	1 219 992	3 104 541	2 374 858

CENTRO HOSPITALAR CONDE DE FERREIRA

	REALIZADO 2014	REALIZADO 2015	ORÇAMENTO 2016	ORÇAMENTO 2017
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	4 225 120	3 896 661	4 060 680	3 869 446
VENDAS				
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	4 225 120	3 896 661	4 060 680	3 869 446
Matrículas e mensalidades			290 580	
Outras	4 225 120	3 896 661	3 770 100	3 869 446
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	1 355 334	1 514 252	1 536 647	1 869 208
ISS, IP - Centros distritais	1 256 387	1 503 438	1 536 647	1 869 208
Outros	98 946	10 814		
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS				
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO				
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE				
IMPUTAÇÃO DE SPeC E PARTILHA DE SERVIÇOS RENDIMENTOS				
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-369 067	-356 958	-374 154	-416 000
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-1 757 799	-1 616 018	-1 965 814	-2 001 360
Subcontratos	-958 771	-884 814	-1 037 243	-1 105 880
Energia e fluidos	-348 155	-332 549	-436 000	-372 000
Outros	-450 872	-398 654	-492 571	-523 480
IMPUTAÇÃO DE SPeC E PARTILHA DE SERVIÇOS GASTOS	-160 569	-246 760	-387 006	-449 673
GASTOS COM PESSOAL	-4 178 369	-3 780 577	-3 732 531	-3 813 544
Remunerações certas	-2 935 288	-2 643 360	-2 572 390	-2 592 511
Remunerações adicionais	-529 351	-481 104	-475 865	-512 191
Formação profissional			-20 738	-21 364
Encargos sobre remunerações	-682 160	-622 290	-624 642	-647 911
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-20 578	-22 083	-29 022	-29 393
Outros custos com o pessoal	-10 993	-11 739	-9 875	-10 174
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)				
IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	-10 591	-24 408		
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)	8 554			
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)				
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR				
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	349 716	450 936	292 082	442 198
OUTROS GASTOS E PERDAS	-24 675	-20 728		
RESULTADO ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	-562 347	-183 599	-570 097	-499 725
GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	-709 109	-766 208	-799 675	-729 717
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-1 271 456	-949 807	-1 369 772	-1 229 442
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	228	227		
JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS	-38	-11		
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-1 271 266	-949 590	-1 369 772	-1 229 442
IMPOSTO SOBRE RENDIMENTO DO PERÍODO				
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-1 271 266	-949 590	-1 369 772	-1 229 442

CENTRO DE REABILITAÇÃO DO NORTE

	REALIZADO 2014	REALIZADO 2015	ORÇAMENTO 2016	ORÇAMENTO 2017
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	5 958 464	9 001 744	9 605 653	9 805 410
VENDAS				
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	5 958 464	9 001 744	9 605 653	9 805 410
Matrículas e mensalidades				
Outras	5 958 464	9 001 744	9 605 653	9 805 410
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	6 753	7 032	6 000	
ISS, IP - Centros distritais				
Outros	6 753	7 032	6 000	
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS				
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO				
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE				
IMPUTAÇÃO DE SPeC E PARTILHA DE SERVIÇOS RENDIMENTOS				
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-215 847	-293 229	-300 600	-337 426
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-1 790 341	-2 326 724	-2 734 023	-2 599 433
Subcontratos	-312 615	-604 856	-619 584	-703 588
Energia e fluidos	-282 680	-447 884	-528 000	-437 000
Outros	-1 195 046	-1 273 983	-1 586 439	-1 458 845
IMPUTAÇÃO DE SPeC E PARTILHA DE SERVIÇOS GASTOS	-1 605 690	-1 521 763	-845 482	-1 779 981
GASTOS COM PESSOAL	-3 729 354	-5 253 126	-5 123 562	-5 125 000
Remunerações certas	-2 353 916	-3 438 669	-3 202 971	-3 249 784
Remunerações adicionais	-724 163	-930 585	-975 862	-935 833
Formação profissional		-5 550	-21 945	-22 630
Encargos sobre remunerações	-618 103	-842 844	-872 549	-866 747
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-14 317	-16 719	-39 786	-39 229
Outros custos com o pessoal	-18 854	-18 760	-10 450	-10 776
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)				
IMPARIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)				
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)				
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)				
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR				
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	46 315	150 712	122 750	130 162
OUTROS GASTOS E PERDAS	-2 235	317 086	-2 704	-2 700
RESULTADO ANTES DE DEPRECIações, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	-1 331 935	81 732	728 031	91 032
GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIação E DE AMORTIZAÇÃO	-222 111	-481 042	-501 613	-430 497
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-1 554 046	-399 310	226 419	-339 465
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	192	19		
JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS		-45		
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-1 553 854	-399 336	226 419	-339 465
IMPOSTO SOBRE RENDIMENTO DO PERÍODO				
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-1 553 854	-399 336	226 419	-339 465

JUSTIÇA*

	REALIZADO 2014	REALIZADO 2015	ORÇAMENTO 2016	ORÇAMENTO 2017
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	1 974 991	1 925 226	1 929 327	1 925 023
VENDAS	290 530	288 760	289 186	288 760
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	1 684 461	1 636 466	1 640 141	1 636 263
Matrículas e mensalidades				
Outras	1 684 461	1 636 466	1 640 141	1 636 263
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	55 974	616		
ISS, IP - Centros distritais				
Outros	55 974	616		
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS				
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO				
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE				
IMPUTAÇÃO DE SPeC E PARTILHA DE SERVIÇOS RENDIMENTOS				
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-321 166	-325 218	-326 340	-326 457
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-942 103	-912 666	-928 380	-963 341
Subcontratos	-169 062	-218 003	-217 997	-218 003
Energia e fluidos	-264 435	-279 623	-290 400	-284 959
Outros	-508 605	-415 040	-419 983	-460 379
IMPUTAÇÃO DE SPeC E PARTILHA DE SERVIÇOS GASTOS	-136 030	-132 061	-161 492	-190 603
GASTOS COM PESSOAL	-564 802	-569 490	-588 268	-601 444
Remunerações certas	-420 129	-421 297	-427 360	-440 450
Remunerações adicionais	-48 296	-49 763	-56 030	-52 532
Formação profissional			-2 704	-3 011
Encargos sobre remunerações	-91 415	-92 731	-96 447	-99 557
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-2 225	-2 845	-4 441	-4 459
Outros custos com o pessoal	-2 738	-2 854	-1 288	-1 434
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)				
IMPARIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	-2 237	1 455		
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)				
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)				
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR				
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	6 603	6 704	6 144	6 000
OUTROS GASTOS E PERDAS	-50 140	-47 345	-768	-48 068
RESULTADO ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	21 090	-52 779	-69 777	-198 890
GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	-9 381	-9 715	-9 972	-6 657
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	11 708	-62 494	-79 749	-205 547
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	110	36		
JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS	-163	-103		
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	11 656	-62 560	-79 749	-205 547
IMPOSTO SOBRE RENDIMENTO DO PERÍODO				
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	11 656	-62 560	-79 749	-205 547

* ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE SANTA CRUZ DO BISPO - FEMININO

ARTES GRÁFICAS*

	REALIZADO 2014	REALIZADO 2015	ORÇAMENTO 2016	ORÇAMENTO 2017
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	32 010	45 597	42 350	38 757
VENDAS	3 062	4 199	5 126	5 126
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	28 948	41 398	37 224	33 631
Matrículas e mensalidades				
Outras	28 948	41 398	37 224	33 631
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	243 144	250 501	357 727	348 823
ISS, IP - Centros distritais	243 144	246 126	245 981	246 126
Outros		4 375	111 746	102 696
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS				
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO				
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	51 959	57 829	40 854	75 631
IMPUTAÇÃO DE SPeC E PARTILHA DE SERVIÇOS RENDIMENTOS				
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-23 950	-24 100	-21 799	-28 152
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-119 671	-45 075	-135 629	-121 372
Subcontratos				
Energia e fluidos	-318	-2 903	-3 350	-7 217
Outros	-119 352	-42 172	-132 278	-114 155
IMPUTAÇÃO DE SPeC E PARTILHA DE SERVIÇOS GASTOS	-8 226	-12 052	-10 089	-12 884
GASTOS COM PESSOAL	-369 793	-365 148	-385 714	-405 572
Remunerações certas	-292 345	-288 761	-294 406	-309 366
Remunerações adicionais	-18 698	-19 607	-21 444	-22 248
Formação profissional			-2 100	-2 100
Encargos sobre remunerações	-61 016	-61 687	-63 757	-67 926
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-1 693	-2 162	-3 007	-2 932
Outros custos com o pessoal	3 959	7 068	-1 000	-1 000
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)				
IMPARIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)				
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)				
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)				
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR				
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	127	1 574		
OUTROS GASTOS E PERDAS	-63	-1 568	-138	-20
RESULTADO ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	-194 463	-92 443	-112 437	-104 789
GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	-31 208	-30 541	-30 426	-28 212
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-225 671	-122 984	-142 863	-133 001
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS				
JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS				
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-225 671	-122 984	-142 863	-133 001
IMPOSTO SOBRE RENDIMENTO DO PERÍODO				
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-225 671	-122 984	-142 863	-133 001

AGRICULTURA*

	REALIZADO 2014	REALIZADO 2015	ORÇAMENTO 2016	ORÇAMENTO 2017
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	142 538	191 818	195 550	214 850
VENDAS	141 538	189 958	188 675	203 225
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	1 000	1 860	6 875	11 625
Matrículas e mensalidades				
Outras	1 000	1 860	6 875	11 625
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	30 532	45 895	53 533	53 533
ISS, IP - Centros distritais				
Outros	30 532	45 895	53 533	53 533
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS				
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO	11 940	271		
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	2 370	569	1 440	720
IMPUTAÇÃO DE SPeC E PARTILHA DE SERVIÇOS RENDIMENTOS				
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-11 528	-14 470	-6 986	-12 581
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-60 854	-24 158	-32 813	-36 010
Subcontratos				
Energia e fluidos	-10 544	-10 274	-10 705	-17 007
Outros	-50 310	-13 884	-22 109	-19 003
IMPUTAÇÃO DE SPeC E PARTILHA DE SERVIÇOS GASTOS	-10 973	-15 281	-17 450	-24 843
GASTOS COM PESSOAL	-109 963	-140 395	-116 878	-141 194
Remunerações certas	-75 461	-104 997	-84 634	-103 282
Remunerações adicionais	-8 488	-10 646	-9 875	-11 214
Formação profissional			-735	-1 155
Encargos sobre remunerações	-17 773	-23 803	-20 384	-23 982
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-324	-646	-900	-1 011
Outros custos com o pessoal	-7 918	-304	-350	-550
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)				
IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)				
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)				
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)				
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR				
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	31 283	38 805	15 978	20 139
OUTROS GASTOS E PERDAS	-1 035	-1 478	-1 032	-1 088
RESULTADO ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	24 311	81 575	91 343	73 526
GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	-99 497	-90 746	-91 911	-95 556
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-75 186	-9 170	-568	-22 030
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS				
JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS		-9		
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-75 186	-9 179	-568	-22 030
IMPOSTO SOBRE RENDIMENTO DO PERÍODO				
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-75 186	-9 179	-568	-22 030

AMBIENTE*

	REALIZADO 2014	REALIZADO 2015	ORÇAMENTO 2016	ORÇAMENTO 2017
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	566	2 800	10 000	3 260
VENDAS	566			
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS		2 800	10 000	3 260
Matrículas e mensalidades				
Outras		2 800	10 000	3 260
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO				
ISS, IP - Centros distritais				
Outros				
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS				
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO				
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	88 476	6 585		8 400
IMPUTAÇÃO DE SPeC E PARTILHA DE SERVIÇOS RENDIMENTOS				
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-265			-2 502
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-66 121	-92 058	-87 835	-109 240
Subcontratos	-590			
Energia e fluidos	-13 294	-8 200	-3 947	-13 032
Outros	-52 237	-83 857	-83 888	-96 208
IMPUTAÇÃO DE SPeC E PARTILHA DE SERVIÇOS GASTOS	-2 661	-3 270	-2 880	-4 962
GASTOS COM PESSOAL	-157 168	-122 112	-111 193	-170 008
Remunerações certas	-119 426	-93 586	-82 096	-128 421
Remunerações adicionais	-10 733	-7 290	-8 964	-10 242
Formação profissional			-788	-1 050
Encargos sobre remunerações	-25 447	-20 240	-18 104	-28 520
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-816	-706	-867	-1 275
Outros custos com o pessoal	-745	-290	-375	-500
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)				
IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)				
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)				
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)				
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR				
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	614	6 697	57 005	4 355
OUTROS GASTOS E PERDAS	-194	-208	-136	-806
RESULTADO ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	-136 752	-201 565	-135 039	-271 503
GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	-747	-792	-801	
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-137 499	-202 357	-135 840	-271 503
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS				
JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS				
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-137 499	-202 357	-135 840	-271 503
IMPOSTO SOBRE RENDIMENTO DO PERÍODO				
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-137 499	-202 357	-135 840	-271 503

CULTURA*

	REALIZADO 2014	REALIZADO 2015	ORÇAMENTO 2016	ORÇAMENTO 2017
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	2 359	49 441	303 300	192 850
VENDAS	1 666	7 465	27 050	21 700
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	693	41 976	276 250	171 150
Matrículas e mensalidades				
Outras	693	41 976	276 250	171 150
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	2 820	2 212		
ISS, IP - Centros distritais				
Outros	2 820	2 212		
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS				
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO				
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE				
IMPUTAÇÃO DE SPeC E PARTILHA DE SERVIÇOS RENDIMENTOS				
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-9 934	-8 568	-35 921	-13 447
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-131 790	-283 112	-356 190	-332 222
Subcontratos				
Energia e fluidos	-7 940	-22 498	-35 316	-54 360
Outros	-123 850	-260 614	-320 874	-277 862
IMPUTAÇÃO DE SPeC E PARTILHA DE SERVIÇOS GASTOS	-262 936	-194 655	-324 496	-33 082
GASTOS COM PESSOAL	-310 175	-457 479	-485 716	-459 562
Remunerações certas	-243 355	-344 867	-364 595	-346 001
Remunerações adicionais	-12 417	-27 367	-32 125	-27 813
Formação profissional			-3 098	-3 386
Encargos sobre remunerações	-52 581	-76 043	-80 646	-76 915
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-1 077	-1 833	-3 777	-3 797
Outros custos com o pessoal	-745	-7 370	-1 475	-1 650
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)				
IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)				
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)				
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)				
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR				
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	317	99 365		80 850
OUTROS GASTOS E PERDAS	-1 220	-8 389	-333	-2 495
RESULTADO ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	-710 561	-801 185	-899 356	-567 108
GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	-175 545	-176 478	-179 662	-182 192
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-886 106	-977 663	-1 079 017	-749 300
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS		800		
JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS				
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-886 106	-976 863	-1 079 017	-749 300
IMPOSTO SOBRE RENDIMENTO DO PERÍODO				
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-886 106	-976 863	-1 079 017	-749 300

EDUCAÇÃO*

	REALIZADO 2014	REALIZADO 2015	ORÇAMENTO 2016	ORÇAMENTO 2017
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	1 166 801	1 211 995	1 306 493	1 449 280
VENDAS	6 890	7 290	7 260	11 000
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	1 159 911	1 204 705	1 299 233	1 438 280
Matrículas e mensalidades	1 006 001	1 042 048	1 159 963	1 306 421
Outras	153 909	162 657	139 270	131 859
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	582 412	619 889	614 807	627 079
ISS, IP - Centros distritais	582 307	619 445	614 807	627 079
Outros	105	444		
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS				
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO				
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE				
IMPUTAÇÃO DE SPeC E PARTILHA DE SERVIÇOS RENDIMENTOS				
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-47 401	-60 639	-24 672	-39 042
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-425 166	-503 916	-437 236	-494 188
Subcontratos	-164 917	-161 319	-160 900	-162 673
Energia e fluidos	-49 287	-51 979	-55 220	-51 979
Outros	-210 962	-290 617	-221 116	-279 536
IMPUTAÇÃO DE SPeC E PARTILHA DE SERVIÇOS GASTOS	-99 574	-113 231	-128 816	-169 805
GASTOS COM PESSOAL	-1 484 089	-1 544 357	-1 428 573	-1 553 483
Remunerações certas	-1 147 044	-1 180 949	-1 127 105	-1 225 790
Remunerações adicionais	-71 689	-74 522	-75 567	-80 069
Formação profissional			-7 544	-7 993
Encargos sobre remunerações	-250 523	-274 098	-203 313	-223 940
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-5 880	-8 839	-11 450	-11 886
Outros custos com o pessoal	-8 954	-5 949	-3 593	-3 806
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)				
IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)				
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)				
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)				
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR				
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	57 622	184 995	177 265	135 081
OUTROS GASTOS E PERDAS	-5 020	-30 103	-1 292	-1 853
RESULTADO ANTES DE DEPRECIações, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	-254 415	-235 367	77 977	-46 931
GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIação E DE AMORTIZAÇÃO	-159 122	-104 820	-106 132	-78 356
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-413 537	-340 187	-28 155	-125 288
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	116	2 441		
JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS	-11	-1		
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-413 431	-337 747	-28 155	-125 288
IMPOSTO SOBRE RENDIMENTO DO PERÍODO				
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-413 431	-337 747	-28 155	-125 288

ENSINO ESPECIAL*

	REALIZADO 2014	REALIZADO 2015	ORÇAMENTO 2016	ORÇAMENTO 2017
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	46 558	73 667	73 394	78 360
VENDAS	123	89	960	
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	46 436	73 578	72 434	78 360
Matrículas e mensalidades	41 197	67 141	66 370	73 230
Outras	5 238	6 436	6 064	5 130
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	630 421	843 810	1 130 223	1 484 225
ISS, IP - Centros distritais	607 403	776 889	776 118	786 983
Outros	23 018	66 921	354 105	697 241
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS				
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO				
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE				
IMPUTAÇÃO DE SPeC E PARTILHA DE SERVIÇOS RENDIMENTOS	66 130	78 681	24 890	45 137
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-38 123	-36 852	-40 362	-47 464
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-142 916	-169 711	-452 597	-736 586
Subcontratos	-73 457	-81 989	-122 974	-126 592
Energia e fluidos	-17 240	-23 868	-31 610	-38 996
Outros	-52 219	-63 854	-298 014	-570 997
IMPUTAÇÃO DE SPeC E PARTILHA DE SERVIÇOS GASTOS	-16 548	-25 491	-20 879	-37 968
GASTOS COM PESSOAL	-812 321	-827 148	-802 547	-933 553
Remunerações certas	-608 586	-621 275	-586 267	-659 619
Remunerações adicionais	-68 408	-75 322	-75 720	-102 424
Formação profissional		-285	-5 481	-6 852
Encargos sobre remunerações	-130 251	-132 921	-126 167	-154 145
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-2 867	-4 237	-6 303	-7 250
Outros custos com o pessoal	-2 209	6 892	-2 610	-3 263
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)				
IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)				
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)				
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)				
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR				
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	13 414	20 659	9 771	9 756
OUTROS GASTOS E PERDAS	-6 208	-5 544	-1 062	
RESULTADO ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	-259 592	-47 930	-79 169	-138 094
GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	-82 718	-70 526	-52 301	-79 408
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-342 310	-118 455	-131 470	-217 502
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	309	309		
JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS				
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-342 001	-118 146	-131 470	-217 502
IMPOSTO SOBRE RENDIMENTO DO PERÍODO				
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-342 001	-118 146	-131 470	-217 502

* CENTRO INTEGRADO DE APOIO À DEFICIÊNCIA (INSTITUTO DE S. MANUEL)

JUVENTUDE*

	REALIZADO 2014	REALIZADO 2015	ORÇAMENTO 2016	ORÇAMENTO 2017
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	21 036	23 064	20 170	20 170
VENDAS				
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	21 036	23 064	20 170	20 170
Matrículas e mensalidades	20 166	23 064	20 170	20 170
Outras	870			
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	355 618	358 546	355 219	355 219
ISS, IP - Centros distritais	354 913	355 219	355 219	355 219
Outros	706	3 327		
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS				
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO				
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE				
IMPUTAÇÃO DE SPeC E PARTILHA DE SERVIÇOS RENDIMENTOS	37 753	38 859	6 840	13 437
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-42 977	-34 935	-44 754	-36 855
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-186 385	-222 739	-206 519	-226 735
Subcontratos	-50 007	-46 419	-61 858	-73 214
Energia e fluidos	-24 531	-28 609	-25 891	-28 609
Outros	-111 847	-147 710	-118 771	-124 912
IMPUTAÇÃO DE SPeC E PARTILHA DE SERVIÇOS GASTOS	-10 010	-14 695	-11 181	-14 908
GASTOS COM PESSOAL	-518 719	-523 547	-508 734	-462 314
Remunerações certas	-379 376	-382 171	-370 522	-342 469
Remunerações adicionais	-50 641	-48 273	-44 815	-34 431
Formação profissional		-1 800	-3 150	-2 950
Encargos sobre remunerações	-84 855	-84 009	-84 793	-77 601
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-2 218	-2 917	-3 954	-3 460
Outros custos com o pessoal	-1 630	-4 378	-1 500	-1 405
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)				
IMPARIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)				
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)				
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)				
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR				
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	22 785	2 168	292	292
OUTROS GASTOS E PERDAS	-5 463	-7 107	-5 106	-19 619
RESULTADO ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	-326 363	-380 386	-393 771	-371 313
GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	-103 762	-69 306	-70 217	-60 227
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-430 124	-449 693	-463 988	-431 540
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	165	165		
JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS		-9		
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-429 960	-449 537	-463 988	-431 540
IMPOSTO SOBRE RENDIMENTO DO PERÍODO				
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-429 960	-449 537	-463 988	-431 540

PATRIMÓNIO DE RENDIMENTO*

	REALIZADO 2014	REALIZADO 2015	ORÇAMENTO 2016	ORÇAMENTO 2017
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	20 184	20 518	23 880	32 040
VENDAS				
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	20 184	20 518	23 880	32 040
Matrículas e mensalidades				
Outras	20 184	20 518	23 880	32 040
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO				
ISS, IP - Centros distritais				
Outros				
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS				
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO				
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE				
IMPUTAÇÃO DE SPeC E PARTILHA DE SERVIÇOS RENDIMENTOS				
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-5 196			
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-669 221	-525 481	-672 732	-799 323
Subcontratos				
Energia e fluidos	-56 801	-48 253	-55 764	-45 802
Outros	-612 420	-477 228	-616 968	-753 521
IMPUTAÇÃO DE SPeC E PARTILHA DE SERVIÇOS GASTOS	-285 478	-331 726	-356 995	-496 337
GASTOS COM PESSOAL				
Remunerações certas				
Remunerações adicionais				
Formação profissional				
Encargos sobre remunerações				
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais				
Outros custos com o pessoal				
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)				
IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)		1 343		
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)				
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)				
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR				
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	4 549 153	5 409 764	4 556 213	5 377 925
OUTROS GASTOS E PERDAS	-49 598	-34 895	-7 352	-15 514
RESULTADO ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	3 559 843	4 539 524	3 543 014	4 098 791
GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	-1 073 815	-1 070 739	-1 064 641	-1 086 104
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	2 486 029	3 468 784	2 478 373	3 012 687
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS		107		
JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS	-2 993	-1 779	-1 910	-840
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	2 483 036	3 467 112	2 476 463	3 011 847
IMPOSTO SOBRE RENDIMENTO DO PERÍODO				
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2 483 036	3 467 112	2 476 463	3 011 847

* COMPLEXOS | OUTROS IMÓVEIS NA ZONA DO PORTO | IMÓVEIS DE CONCELHOS FORA DO PORTO | PARQUE DE ESTACIONAMENTO

SOCIAL*

	REALIZADO 2014	REALIZADO 2015	ORÇAMENTO 2016	ORÇAMENTO 2017
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	1 682 255	1 670 591	1 777 290	1 833 405
VENDAS	42 598	57 969	52 217	51 771
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	1 639 657	1 612 622	1 725 073	1 781 634
Matrículas e mensalidades	1 601 043	1 580 683	1 694 352	1 750 910
Outras	38 615	31 939	30 721	30 724
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	1 762 887	1 680 913	1 834 868	1 715 284
ISS, IP - Centros distritais	1 757 858	1 678 540	1 834 868	1 715 284
Outros	5 029	2 373		
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS				
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO				
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE				
IMPUTAÇÃO DE SPeC E PARTILHA DE SERVIÇOS RENDIMENTOS	1 020 873	939 544	602 725	1 024 612
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-182 945	-200 389	-205 669	-231 668
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-1 800 359	-1 663 462	-1 808 777	-1 728 033
Subcontratos	-883 805	-712 432	-919 814	-835 934
Energia e fluidos	-290 534	-292 235	-305 133	-354 160
Outros	-626 020	-658 794	-583 830	-537 938
IMPUTAÇÃO DE SPeC E PARTILHA DE SERVIÇOS GASTOS	-460 978	-538 408	-630 598	-826 227
GASTOS COM PESSOAL	-3 137 323	-3 046 535	-3 049 962	-2 972 369
Remunerações certas	-2 190 386	-2 111 549	-2 085 347	-2 054 815
Remunerações adicionais	-415 564	-402 793	-409 532	-369 697
Formação profissional		-1 480	-20 087	-20 613
Encargos sobre remunerações	-509 730	-500 832	-501 678	-494 606
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-11 300	-15 693	-23 753	-22 822
Outros custos com o pessoal	-10 344	-14 189	-9 565	-9 816
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)				
IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)		9 778		
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)				
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)				
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR				
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	61 685	68 392	5 785	8 967
OUTROS GASTOS E PERDAS	-102 007	-65 683	-6 182	-9 119
RESULTADO ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	-1 155 912	-1 145 260	-1 480 519	-1 185 147
GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	-299 919	-242 349	-244 241	-218 384
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-1 455 831	-1 387 610	-1 724 760	-1 403 531
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	997	997		
JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS	-136	-3		
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-1 454 970	-1 386 615	-1 724 760	-1 403 531
IMPOSTO SOBRE RENDIMENTO DO PERÍODO				
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-1 454 970	-1 386 615	-1 724 760	-1 403 531

SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS

	REALIZADO 2014	REALIZADO 2015	ORÇAMENTO 2016	ORÇAMENTO 2017
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	44 921	50 399	33 125	553 165
VENDAS				446
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	44 921	50 399	33 125	552 719
Matrículas e mensalidades				
Outras	44 921	50 399	33 125	552 719
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	197 309	361 472	157 029	192 057
ISS, IP - Centros distritais				
Outros	197 309	361 472	157 029	192 057
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS	4 943			
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO				
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	247 377	231 071	234 301	229 322
IMPUTAÇÃO DE SPeC E PARTILHA DE SERVIÇOS RENDIMENTOS				
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-6 676	-24 220	-6 599	-39 595
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-696 530	-1 126 589	-1 003 354	-1 283 856
Subcontratos				
Energia e fluidos	-47 724	-44 573	-47 499	-51 777
Outros	-648 805	-1 082 015	-955 855	-1 232 079
IMPUTAÇÃO DE SPeC E PARTILHA DE SERVIÇOS GASTOS				
GASTOS COM PESSOAL	-2 637 231	-3 402 019	-3 680 342	-4 069 559
Remunerações certas	-2 016 592	-2 572 289	-2 768 182	-3 036 526
Remunerações adicionais	-150 940	-197 794	-238 520	-279 966
Formação profissional	-983	-31 573	-15 225	-16 454
Encargos sobre remunerações	-431 995	-541 354	-622 539	-698 596
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-10 979	-16 050	-28 626	-30 183
Outros custos com o pessoal	-25 744	-42 960	-7 250	-7 835
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)				
IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	-12 786	101 263		
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)	-779 299	107 487	-684 000	-604 000
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)		-55 177		
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR	-17 133	167 836		
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	59 378	104 852		9 993
OUTROS GASTOS E PERDAS	-60 685	-172 975	-129 831	-298 486
RESULTADO ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	-3 656 410	-3 656 601	-5 079 672	-5 310 960
GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	-294 453	-237 585	-227 828	-196 138
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-3 950 863	-3 894 185	-5 307 500	-5 507 098
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	572 705	317 279	210 000	98 650
JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS	-1 877	-10 007		-30 400
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-3 380 035	-3 586 914	-5 097 500	-5 438 848
IMPOSTO SOBRE RENDIMENTO DO PERÍODO				
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-3 380 035	-3 586 914	-5 097 500	-5 438 848

PLANO DE INVESTIMENTO | 2017

(VALORES EXPRESSOS EM EUROS)
(VALORES COM IVA)

ÁREA DE EXPLORAÇÃO		NATUREZA DO INVESTIMENTO	2017	2018
MATERIAL				
PATRIMÓNIO E EQUIPAMENTOS		Rendimento	500 000	500 000
		Operacional	250 000	500 000
		Outras Áreas	400 000	250 000
		TOTAL	1 150 000	1 250 000
SAÚDE	HOSPITAL DA PRELADA	Modernização Hospitalar Obras + Equip. Específico	920 000	2 000 000
		Modernização Administrativa Informático + Outros	220 000	250 000
	CHCF	Modernização Hospitalar Obras + Equip. Específico	1 120 000	950 000
		Modernização Administrativa Informático + Outros	30 000	30 000
	CRN	Modernização Hospitalar Obras + Equip. Específico	160 000	170 000
		Modernização Administrativa Informático + Outros	200 000	200 000
		TOTAL	2 650 000	3 600 000
OUTRAS ÁREAS		Modernização Operacional Obras + Equip. Específico	100 000	100 000
		Modernização Administrativa Mobiliário	300 000	0
		Modernização Administrativa Informático + Outros	300 000	300 000
		TOTAL	700 000	400 000
IMATERIAL		Ações a divulgar	250 000	0
		TOTAL	4 750 000	5 250 000



05

PARECER DEFINITÓRIO



Parecer do Definitório

Plano de Atividades e Orçamento para 2017

No dia nove de Novembro de dois mil e dezasseis, reuniu o Definitório da Santa Casa da Misericórdia do Porto, na Rua Joaquim Vasconcelos, nº 79, Porto, para nos termos da alínea c) do Artigo 58º do Compromisso, apreciar e dar parecer sobre o Plano de Atividades e do Orçamento para o ano 2017.

Após análise do documento elaborado pela Mesa Administrativa, o Definitório considerou o seguinte :

- Estima-se para 2017 uma exploração consolidada dentro dos níveis de equilíbrio, já que o Resultado Líquido Global se situa em quadrante positivo +258.555 €, isto se considerarmos uma base comparável com o último resultado real conhecido que foi negativo de -327.811 € (2015);
- A estrutura de Provedos que ascende a cerca de 66,6 M€, está fortemente assente na "Prestação de Serviços", cujo valor em orçamento para 2017 está situado nos cerca de 52 M€ (78%); o setor da Saúde representa 90% desta rúbrica, com 46,8 M€. O Património de Rendimento, por sua vez, representa a segunda maior fonte de Provedos ao contribuir com 5,4 M€ para esta estrutura;
- Na estrutura de Custos e nas suas rúbricas tradicionalmente relevantes, como é o caso dos F.S.E's e das Despesas com o Pessoal, denota-se no orçamento aqui apresentado, um esforço continuado na identificação de espaços de melhoria na racionalização destas rúbricas em alguns centros operacionais, face a orçamentos anteriores;
- Evidencia-se portanto no orçamento, uma grande vontade em continuar uma racionalização dos custos de uma forma geral, de maneira a manter assegurada a necessária sustentabilidade económico-financeira da instituição, objetivo estratégico este bem demonstrado pela preocupação da Mesa Administrativa no controlo do tema dos défices operacionais. Este tema assume particular relevo, quando se constata que por força do foco social e da missão solidária que caracteriza a SCMP, a maioria dos seus centros operacionais tem necessariamente que assumir uma exploração deficitária, exceção para o setor da Saúde e do Património de Rendimento, que representam na realidade as grandes fontes de sustentabilidade de toda a Instituição;



- O Plano de Investimentos está coerente com o princípio da sustentabilidade, já que se situa basicamente em setores chave da exploração como é o caso da dotação prevista para a Saúde (2,6 M€) e para o Património e Equipamentos (1,1 M€);
- Com o cumprimento deste plano previsional, garante-se que no final do período do exercício económico de 2017, a situação patrimonial da SCMP seja reforçada com o resultado positivo esperado. Realce para o desempenho operacional estimado para 2017, que ascende aos 3,9 M€ (EBITDA).

Parecer

Atento às considerações supramencionadas, o Definitório emite o seguinte parecer:

1. Considera o Plano de Atividades e Orçamento para 2017 um documento previsional exequível e propõe à Assembleia Geral a sua aprovação;
2. Expressa à Mesa Administrativa e aos Colaboradores da Santa Casa da Misericórdia do Porto, o seu apreço pelo empenho demonstrado não só na atividade desenvolvida no dia-a-dia, como na vontade em atingir objetivos cada vez mais ambiciosos na prossecução da sua missão solidária na sociedade em que está inserida.

Porto, 9 de Novembro de 2016

O Definitório:

(Joaquim Sabino Rangel Pamplona - Presidente)

(Joaquim Silva Vianez - Secretário)

(António Alves Teixeira do Carmo - Vogal)

(Justino dos Santos - Vogal)





2017



**misericórdia
do porto**

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

Rua Joaquim de Vasconcelos, 79
4050-311 Porto

T +351 223 207 902
scmp@scmp.pt
www.scmp.pt

